



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL INTERNACIONAL 2024 ACORDO DE
COOPERAÇÃO 04/2024 PPGE-UNESP e ISPCAÁLA

ALBERTO NGUENDELAMBA

**AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-
ESCOLA NA BUSCA PELA QUALIDADE DO ENSINO EM ANGOLA:
estudo realizado na Escola nº 39 do Bom Pastor, Província do
Huambo**

Marília/SP

2026

ALBERTO NGUENDELAMBA

**AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-
ESCOLA NA BUSCA PELA QUALIDADE DO ENSINO EM ANGOLA:
estudo realizado na Escola nº 39 do Bom Pastor, Província do
Huambo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Claudia Pereira de Pádua Sabia

Marília

2026

N576p Nguendelamba, Alberto

As possibilidades e os desafios da relação família-escola na busca pela qualidade do ensino em Angola: : estudo realizado na Escola nº 39 do Bom Pastor, Província do Huambo / Alberto Nguendelamba. -- Marília, 2026

88 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Profª. Dra. Claudia Pereira de Pádua Sabia

1. Educação. 2. Rendimento escolar. 3. Educação básica. I. Título.

ALBERTO NGUENDELAMBA

**AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA
NA BUSCA PELA QUALIDADE DO ENSINO EM ANGOLA:**

estudo realizado na Escola nº 39 do Bom Pastor, Província do Huambo

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da defesa: 22/05/2026

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Claudia Pereira de Padua Sabia
UNESP – FFC – Marília

Profa. Dra. Tânia Barbosa Martins
UNESP – FFC – Marília

Profa. Dra. Walkíria Martinez Heinrich Ferrer
UNIMAR – Marília

Dedico este trabalho, antes de tudo, a Deus, fonte suprema de vida,
sabedoria e força, a quem dirijo a minha eterna gratidão.

Dedico-o também, humildemente, a todos aqueles cujas memórias de
sofrimento, resistência e luta caminharam comigo ao longo desta trajetória,
contribuindo para a construção de um futuro verdadeiro, que não se compra, mas se
conquista com esforço, perseverança e dignidade.

De forma especial, dedico este trabalho à minha esposa, aos meus filhos e a
todos os meus familiares, que representam o alicerce da minha caminhada, o
princípio de toda luta e a maior motivação para superar os desafios enfrentados.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, Criador de todo ser vivente no universo e de tudo o que nele existe, pela vida, pela força e pela sabedoria concedidas ao longo deste percurso formativo.

Expresso o meu profundo reconhecimento à grande mulher que tive a honra de conhecer durante esta caminhada acadêmica, a professora Dra. Claudia Pereira de Pádua Sabia, a quem respeito imensamente e considero como mãe e irmã. A sua dedicação, apoio e orientação foram fundamentais para a concretização deste trabalho, desenvolvido com empenho incansável, dia e noite, até se tornar realidade. Trata-se de uma pessoa muito especial para mim, e poucas palavras são suficientes para expressar a alegria e a gratidão que sinto.

Não posso deixar de agradecer aos estimados colegas, em especial Max, Capepa e Joandro, que compartilharam comigo diversos momentos ao longo deste percurso. A convivência acadêmica proporciona experiências marcantes que, em cada circunstância da vida, despertam emoções capazes de nos levar a chorar ou a celebrar, exprimindo sentimentos que traduzem as situações vividas.

Agradeço igualmente à professora Dra. Aila e ao professor Dr. Manzini pelo esforço, apoio e contribuição prestados durante toda a minha formação, os quais foram determinantes para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

De forma geral, manifesto a minha gratidão à Direção do Instituto Superior Politécnico da Caála e a todo o corpo docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelo compromisso com a formação, pela partilha de conhecimentos e pelo incentivo constante à aprendizagem.

Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo.

Paulo Freire, 1979

RESUMO

A relação entre a família e a escola constitui um elemento fundamental para a promoção da qualidade do ensino, sobretudo em contextos marcados por desafios sociais, econômicos e culturais, como o sistema educativo angolano. Este estudo tem como objetivo identificar as possibilidades e os desafios da relação família-escola na busca pela qualidade do ensino em Angola, bem como verificar o nível de envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos educandos e os fatores que condicionam essa participação. O estudo adota como referencial teórico a tipologia de envolvimento familiar proposta por Epstein (1986), que apresenta diferentes possibilidades de participação da família na escola. De forma complementar, Epstein e Sheldon (2019) destacam que, independentemente das condições socioeconômicas das famílias, o envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, da assiduidade, da aprovação e da conclusão do percurso escolar dos alunos. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida com abordagem mista, sendo qualitativa e quantitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica e à coleta de dados por meio de questionários aplicados aos pais e responsáveis legais da Escola nº 39, no bairro Bom Pastor, em Huambo. Como resultados destacamos o estudo de Casimiro (2014), segundo o qual, em Angola, os responsáveis legais tendem historicamente a assumir uma postura de distanciamento em relação à escola, limitando sua participação a ações pontuais, como a presença em reuniões, festas escolares e o acompanhamento ocasional das tarefas. Na coleta de dados realizada nesta escola ficou evidenciado que a maioria dos responsáveis legais reconhece a importância de sua participação no processo educativo e considera que a colaboração com a escola influencia positivamente o sucesso escolar. Contudo, essa participação revelou-se limitada e reativa, sendo condicionada por fatores como baixa escolaridade dos responsáveis legais, incompatibilidade de horários laborais, dificuldades econômicas e inexistência de mecanismos formais de participação. Portanto, estes fatores são os principais desafios para a efetivação da relação família-escola. Por outro lado, a criação e o fortalecimento de espaços formais de participação, como conselhos escolares, associações de pais e fóruns de diálogo permanente, configuram-se como possibilidades concretas para ampliar o envolvimento familiar e fortalecer a democracia escolar. Conclui-se que o fortalecimento da parceria entre família e escola, baseada no diálogo, na corresponsabilização educativa e na valorização da comunidade é um aspecto relevante para a melhoria da qualidade do ensino em Angola.

Palavras-chave: Relação família-escola; Responsáveis legais; Qualidade do ensino; Envolvimento parental; Sistema educativo angolano.

ABSTRACT

The relationship between family and school is a fundamental element in promoting quality education, especially in contexts marked by social, economic, and cultural challenges, such as the Angolan education system. This study aims to identify the possibilities and challenges of the family-school relationship in the pursuit of quality education in Angola, as well as to verify the level of involvement of legal guardians in the school life of students and the factors that condition this participation. The study adopts as a theoretical framework the typology of family involvement proposed by Epstein (1986), which presents different possibilities for family participation in school. Complementarily, Epstein and Sheldon (2019) highlight that, regardless of the socioeconomic conditions of families, the involvement of legal guardians in school life contributes to the improvement of academic performance, attendance, approval rates, and completion of the students' school career. Methodologically, the research was developed using a mixed approach, being both qualitative and quantitative, resorting to bibliographic research and data collection through questionnaires applied to the parents and legal guardians of School No. 39, in the Bom Pastor neighborhood, in Huambo. As a result, we highlight Casimiro's (2014) study showing that in Angola, legal guardians historically tend to adopt a detached stance towards the school, limiting their participation to occasional actions such as attending meetings, school celebrations, and occasionally assisting with homework. Data collected at this school revealed that most legal guardians recognize the importance of their participation in the educational process and believe that collaboration with the school positively influences academic success. However, this participation proved to be limited and reactive, conditioned by factors such as low educational attainment of legal guardians, incompatible work schedules, economic difficulties, and the lack of formal participation mechanisms. Therefore, these factors are the main challenges to the effective implementation of the family-school relationship. On the other hand, the creation and strengthening of formal spaces for participation, such as school councils, parent associations, and permanent dialogue forums, represent concrete possibilities for expanding family involvement and strengthening school democracy. It is concluded that strengthening the partnership between family and school, based on dialogue, shared educational responsibility, and valuing the community, is a relevant aspect for improving the quality of education in Angola.

Keywords: Family-school relationship; Guardians/Parents; Quality of education; Parental involvement; Angolan education system.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INE	Instituto Nacional de Estatística
MED	Ministério da Educação de Angola
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos responsáveis legais por sexo	40
Gráfico 2 - Distribuição dos responsáveis legais por faixa etária	41
Gráfico 3 - Grau de parentesco	42
Gráfico 4 - Agregado Familiar	43
Gráfico 5 - Profissão dos responsáveis legais.....	44
Gráfico 6 - Nível de habilitações acadêmicas dos responsáveis legais	45
Gráfico 7 - Residência dos responsáveis legais em relação à localização da escola	46
Gráfico 8 - Classe socioeconômica dos responsáveis legais	46
Gráfico 9 - Escalão de rendimento familiar mensal	47
Gráfico 10 - Razões para a escolha da escola do educando	48
Gráfico 11 - Apoio dos responsáveis legais nos trabalhos de casa	50
Gráfico 12 - Frequência do apoio aos trabalhos de casa	51
Gráfico 13 - Razões para a não prestação de apoio escolar em casa	52
Gráfico 14 - Importância dos pais na preparação dos filhos para a vida	53
Gráfico 15 - Frequência de contato entre responsáveis legais e professores	54
Gráfico 16 - Compatibilidade do horário laboral com a participação na escola	55
Gráfico 17 - Frequência participativa dos responsáveis legais em atividades e reuniões escolares	56
Gráfico 18 - Frequência de participação nas atividades escolares	57
Gráfico 19 - Razões para a não participação nas atividades da escola	58
Gráfico 20 - Forma de participação dos responsáveis legais na escola.....	59
Gráfico 21 - Percepção sobre a influência da participação familiar nos resultados escolares.....	60
Gráfico 22 - Concordância com a afirmação de que professor e encarregado de educação devem atuar sem interferência mútua.....	61
Gráfico 23 - Formas de melhoria da relação família-escola	62
Gráfico 24 - Importância da relação entre responsáveis legais e professores	63
Gráfico 25 - Caso a relação entre encarregados de educação e professores seja importante, ordem de importância dos fatores indicados	64
Gráfico 26 - Responsabilidade principal pela educação das crianças na sociedade atual	65

Gráfico 27 - Importância do professor e da escola na ligação entre pais e comunidade	65
Gráfico 28 - Opinião sobre o incentivo da escola à participação das famílias	66
Gráfico 29 - Realização de atividades escolares que integrem os encarregados de educação	67
Gráfico 30 - Preocupação da escola com a família do educando	68
Gráfico 31 - Conhecimento do regulamento da escola	69
Gráfico 32 - Representação dos encarregados de educação nos órgãos da escola	70
Gráfico 33 - Contribuição da comissão de pais para o sucesso escolar	71
Gráfico 34 - Grau de informação passado para responsáveis legais sobre a escola	72
Gráfico 35 - Meios de informação utilizados pela escola para comunicar-se com as famílias	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO, CULTURAL E EDUCACIONAL DE ANGOLA.....	15
2.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	19
2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO ANGOLANO	21
3 QUALIDADE EDUCATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	25
3.1 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL ANGOLANA SOBRE A RELAÇÃO-FAMÍLIA-ESCOLA.....	29
3.2 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM HUAMBO	32
3.3 ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA	34
4 O QUE A PESQUISA REVELA? DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM HUAMBO	37
4.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA.....	40
4.2 MOTIVO DA ESCOLHA DA ESCOLA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO.....	48
4.3 OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICES	80
ANEXOS	85
ANEXO I – IMAGEM DA ESCOLA PESQUISADA	85
ANEXO II – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	86

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos principais pilares para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer sociedade. Em Angola, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas no acesso à escolarização, persistem desafios que afetam a permanência e o sucesso dos alunos no sistema educativo, especialmente em contextos rurais e periféricos. Entre esses desafios, destaca-se a influência das condições socioeconômicas das famílias no percurso escolar das crianças, afetando diretamente a forma como estas se relacionam com a escola.

A família, enquanto primeiro espaço de socialização e educação, exerce papel determinante na formação da criança e na construção de valores relacionados à escola e ao aprendizado. Nessas circunstâncias, a participação familiar é fundamental para acompanhar o desempenho acadêmico e o desenvolvimento integral dos alunos. A ausência de envolvimento contínuo ou limitado da família pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem, dificultando a consolidação de competências básicas e o acompanhamento do ritmo escolar. Kulima (2021) destaca que a regularidade da participação familiar e o acompanhamento da aprendizagem são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e para a inclusão educativa, sendo fatores que influenciam o sucesso escolar.

Além dos aspectos pedagógicos, a participação da família também afeta dimensões emocionais e sociais da criança. A interação entre escola e família contribui para a motivação, autoestima e socialização dos alunos, fortalecendo competências socioemocionais essenciais para a formação integral. Bumba (2022) ressalta que condições socioeconômicas e vulnerabilidades sociais podem limitar o acompanhamento familiar, criando desafios para a construção de parcerias efetivas entre escola e família.

No contexto da Província do Huambo, essas problemáticas assumem contornos particulares. A Escola Primária nº 39 do Bom Pastor, objeto deste estudo, está inserida em uma realidade em que a participação das famílias no processo educativo é influenciada por fatores culturais, econômicos e sociais, exigindo uma análise contextualizada e sensível às especificidades locais. Compreender os fatores que condicionam o envolvimento familiar torna-se, assim, fundamental para refletir sobre a qualidade do ensino e as estratégias de fortalecimento da parceria família-escola.

A partir deste contexto, o estudo buscou responder às seguintes questões norteadoras: Quais as possibilidades de envolvimento da família na escola para efetivação da relação família-escola? Como ocorre a participação das famílias? Quais são os desafios para que a relação família-escola vá além da comunicação de informações gerais, convocações para reuniões e eventos? E de que maneira a relação família-escola pode contribuir para a qualidade do ensino?

O presente estudo tem como objetivo geral identificar as possibilidades e os desafios para a relação família-escola na busca pela qualidade do ensino em Angola, além de verificar o nível de envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos educandos e os fatores que condicionam essa participação. Os objetivos específicos incluem: identificar a tipologia de possibilidades de envolvimento da família na escola; verificar ações e programas que possam contribuir para a participação das famílias; analisar os desafios existentes tanto por parte da escola quanto das famílias para a efetivação da relação; e avaliar de que forma a parceria família-escola pode contribuir para a qualidade do ensino.

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento, seleção e leitura de artigos, capítulos de livros e livros sobre a temática no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), utilizando o descritor “Relação Família-Escola em Angola”. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados aos responsáveis legais dos alunos do Complexo Escolar nº 39.

De acordo com Creswell (2010), a abordagem de métodos mistos, que integra procedimentos qualitativos e quantitativos, possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno investigado, ao articular a análise de dados numéricos com a interpretação dos significados atribuídos pelos participantes. Nesse sentido, Gil (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, sendo essencial para a fundamentação teórica do estudo. Quanto à coleta de dados, Lakatos e Marconi (2017) destacam que o questionário é um instrumento amplamente utilizado nas pesquisas científicas, pois permite a obtenção sistematizada de informações diretamente dos participantes, favorecendo a organização e a análise dos dados.

O estudo foi realizado no Complexo Escolar nº 39 do Bom Pastor, localizado no bairro Cacilhas Centro, na Comuna Sede do Município do Huambo, Província do

Huambo. A instituição oferece ensino fundamental, atendendo alunos em diferentes séries, e conta com uma estrutura física que vem sendo ampliada ao longo do tempo, possuindo atualmente 26 salas de aula, além de espaços administrativos e de apoio pedagógico. No que diz respeito aos recursos humanos, a escola dispõe de 71 funcionários, sendo 59 professores, com diferentes níveis de formação acadêmica, o que demonstra uma equipe docente relativamente ampla para atender às necessidades dos alunos.

Considerando o número de salas de aula e a média de alunos por turma no contexto educacional angolano, geralmente entre 30 e 45 alunos por sala, estima-se que a escola atenda aproximadamente entre 994 e 1.170 estudantes. Essas informações permitem compreender melhor o contexto institucional da pesquisa, caracterizado por uma escola de médio porte, com estrutura física consolidada e significativa demanda estudantil, inserida em um ambiente sociocultural que influencia diretamente as relações entre família e escola.

A população do estudo é composta por responsáveis legais da Escola Primária nº 39 do Bom Pastor, sendo a amostra constituída por 20 responsáveis legais. A escolha desse universo justifica-se pela necessidade de compreender as percepções dos principais atores envolvidos no processo educativo, permitindo uma análise mais próxima da realidade escolar e comunitária.

Os participantes foram selecionados por meio de uma amostragem não probabilística por conveniência e intencional, considerando a disponibilidade, o envolvimento direto com a escola e a relevância dos sujeitos para os objetivos da pesquisa. Quanto aos responsáveis legais, participaram aqueles que possuem vínculo ativo com a escola e acompanham o percurso escolar dos educandos. Esse critério permitiu recolher informações pertinentes sobre a relação família-escola e sua influência na qualidade do ensino.

Dessa forma, ao articular a análise teórica e a coleta de dados empíricos, o estudo pretende contribuir para a reflexão sobre a relação família-escola, enfatizando a necessidade de estratégias educativas e sociais que promovam a permanência e o sucesso escolar das crianças, além de subsidiar práticas educativas mais inclusivas e políticas públicas contextualizadas, comprometidas com o direito à educação e o desenvolvimento humano.

2 CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO, CULTURAL E EDUCACIONAL DE ANGOLA

O contexto social de Angola é marcado por profundas transformações históricas e culturais que influenciam diretamente o funcionamento do sistema educacional. Após décadas de conflito armado, o país iniciou um processo de reconstrução social que continua a moldar a organização das instituições, incluindo as escolas. Conforme destaca Bumba (2022), o impacto da guerra refletiu-se na desestruturação das famílias, nos movimentos migratórios internos e na fragilização das redes comunitárias, fatores que condicionam o acesso, a permanência e o sucesso das crianças no sistema de ensino. Assim, compreender a educação angolana implica analisar as condições sociais em que vivem as famílias e a forma como essas influenciam a participação escolar.

Atualmente, Angola possui uma população estimada em cerca de 36 milhões de habitantes, segundo os dados do Censo Geral da População de 2024, caracterizando-se por uma estrutura demográfica predominantemente jovem. No ano letivo 2025/2026, o sistema educacional registrou aproximadamente 9,6 a 9,7 milhões de alunos matriculados no ensino não superior, incluindo cerca de 1,9 milhão de novos ingressos. Apesar desses avanços, estima-se que cerca de 4,5 milhões de crianças e jovens entre 5 e 18 anos permaneçam fora do sistema de ensino, o que corresponde a aproximadamente 34% dessa faixa etária, evidenciando desafios persistentes de inclusão escolar, sobretudo em contextos socioeconômicos vulneráveis (INE, 2024; MED, 2025).

Do ponto de vista econômico, Angola enfrenta dificuldades estruturais associadas à dependência do setor petrolífero e às desigualdades sociais, que afetam diretamente a escolarização. As limitações econômicas das famílias comprometem o acesso a condições básicas para a aprendizagem, como alimentação, transporte, material escolar e infraestrutura adequada. Quintas (2018) sublinha que a qualidade do ensino não pode ser dissociada das condições materiais oferecidas aos estudantes, sobretudo em zonas rurais e periféricas, onde a pobreza limita o acompanhamento escolar das crianças.

Culturalmente, Angola é um país plurilíngue e multicultural, onde diferentes etnias, tradições e práticas educativas coexistem. Esse contexto diversificado traz riqueza cultural, mas também desafios para a educação formal. Kulima (2021) destaca que, em muitas comunidades, o processo educativo tradicional da família e da aldeia ainda ocupa lugar de destaque e nem sempre dialoga de forma harmoniosa com o modelo escolar inspirado em práticas ocidentais. Por isso, a escola precisa

reconhecer os saberes locais e integrá-los ao processo pedagógico, valorizando a identidade cultural das famílias e aproximando o ensino da vivência comunitária.

No contexto da Província do Huambo, cuja população é estimada entre 2,6 e 2,7 milhões de habitantes, observa-se uma realidade que reflete o panorama nacional no que diz respeito aos desafios da educação. No ano letivo de 2024/2025, a província registrou aproximadamente 943 mil alunos matriculados em todos os níveis de ensino, distribuídos por mais de 900 escolas e cerca de 10.586 salas de aula, evidenciando o esforço do Estado na expansão da rede escolar. Apesar desse número expressivo de matrículas, estima-se que cerca de 70 mil crianças em idade escolar permaneçam fora do sistema educacional, sobretudo nas zonas rurais e periféricas, devido a fatores como dificuldades econômicas das famílias, longas distâncias até as escolas e insuficiência de infraestrutura educacional. Essas limitações condicionam o acesso e a permanência escolar, reproduzindo, a nível provincial, os constrangimentos estruturais identificados no sistema educacional angolano (INE, 2024; Governo Provincial do Huambo, 2025; Quintas, 2018; Bumba, 2022).

Historicamente, o sistema educacional angolano foi estruturado de forma centralizada e sob forte influência colonial, o que contribuiu para o distanciamento entre a escola e a comunidade. Após a independência, em 1975, e sobretudo após o fim do conflito armado em 2002, iniciaram-se reformas orientadas para a democratização do acesso à educação. Contudo, como afirma Almeida (2018), persistem práticas centralizadoras que limitam a autonomia das famílias e enfraquecem a participação comunitária no processo educativo.

O sistema educacional antigo funcionava de forma altamente centralizada e com baixa articulação com a realidade sociocultural das comunidades. A escola era percebida como uma instituição distante, com pouca abertura para o diálogo com as famílias e sem mecanismos democráticos de participação. As reuniões eram esporádicas, quase sempre convocadas apenas para questões administrativas ou disciplinares. Isso reforçava a lógica hierárquica que, conforme Almeida (2018), limita a autonomia das famílias e enfraquece o envolvimento dos pais no processo de aprendizagem.

Atualmente, o sistema educacional angolano encontra-se regulado pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16), que reconhece formalmente a importância da colaboração entre família e escola. A lei estabelece que a família é o primeiro agente educativo e deve atuar em parceria com a instituição escolar na

formação integral da criança. Contudo, como afirmam os autores utilizados neste estudo (Kulima, 2021; Quintas, 2018; Bumba, 2022), ainda existe uma distância significativa entre o que está previsto na legislação e a prática cotidiana nas escolas.

Nesse sentido, a organização e o funcionamento do sistema educacional angolano pressupõem uma estrutura administrativa e pedagógica que deve favorecer a articulação entre os diferentes agentes educativos, com destaque para a escola, a família e a comunidade. A coparticipação constitui um princípio orientador desse funcionamento, na medida em que a gestão escolar não deve restringir-se apenas aos profissionais da educação, mas integrar também os responsáveis legais no acompanhamento, na tomada de decisões e no apoio às atividades escolares, criando um ambiente educativo mais inclusivo e corresponsável.

No plano organizacional, a coparticipação manifesta-se por meio de mecanismos formais, como reuniões de responsáveis, conselhos escolares, associações de pais e outros espaços de diálogo institucional. Esses dispositivos têm como finalidade promover a comunicação contínua entre a escola e a família, permitindo que os pais acompanhem o percurso acadêmico das crianças, compreendam as normas de funcionamento da instituição e contribuam para a resolução de dificuldades pedagógicas e comportamentais, reforçando o sentido de pertencimento e compromisso com a escola.

Quanto ao funcionamento pedagógico, a coparticipação da família assume papel essencial no apoio ao processo de ensino-aprendizagem. A colaboração dos responsáveis no acompanhamento das tarefas escolares, na valorização da assiduidade, da disciplina e do respeito às normas escolares constitui um fator determinante para o sucesso educativo. Assim, a articulação entre práticas escolares e práticas educativas familiares contribui para a formação integral da criança, conforme preconizado pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

Todavia, apesar de a legislação prever uma participação ativa da família, a operacionalização desse princípio enfrenta desafios significativos no cotidiano escolar. Como evidenciado pelos autores analisados neste estudo, a coparticipação tende, muitas vezes, a limitar-se a ações pontuais ou meramente informativas, não se traduzindo em participação efetiva e contínua nos processos de gestão e acompanhamento pedagógico. Tal realidade demonstra a necessidade de reforçar estratégias institucionais que promovam uma cultura de participação mais consistente e colaborativa.

Dessa forma, a organização e o funcionamento do sistema educacional angolano exigem o fortalecimento de práticas que valorizem a coparticipação como elemento estruturante da ação educativa. A consolidação de parcerias entre escola e família revela-se fundamental para reduzir o distanciamento entre o que a legislação estabelece e o que efetivamente se concretiza na prática, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento harmonioso da criança no contexto escolar e social.

A educação contemporânea em Angola procura promover a inclusão, a equidade e a qualidade, mas enfrenta desafios estruturais, como a insuficiência de recursos e a fragilidade das políticas de gestão democrática, o que leva muitas escolas a funcionarem ainda com práticas centralizadas que dificultam o envolvimento efetivo das famílias. Do ponto de vista cultural, persiste a necessidade de integrar os valores comunitários ao currículo escolar, sendo fundamental que a escola dialogue com a cultura local e valorize a identidade dos alunos, conforme defende Quintas (2018), especialmente em contextos como o do Huambo, onde a valorização das línguas nacionais e das tradições comunitárias pode fortalecer o sentimento de pertencimento.

A nível económico, a participação das famílias no processo educativo continua limitada por razões de sobrevivência. Muitos pais trabalham longas horas ou vivem em situações de vulnerabilidade, o que reduz a disponibilidade para acompanhar o percurso escolar dos filhos. Bumba (2022) observa que, apesar de políticas inclusivas, a fragilidade económica influencia diretamente o envolvimento parental e, consequentemente, o desempenho académico dos alunos.

Em síntese, o sistema educacional angolano apresenta avanços importantes na expansão do acesso, mas continua condicionado por fatores sociais, económicos e culturais. A exclusão de um número significativo de crianças do sistema de ensino, tanto a nível nacional quanto na Província do Huambo, destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de práticas pedagógicas que valorizem o contexto comunitário. O fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade constitui, assim, um elemento essencial para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e socialmente significativa (Kulima, 2021; Quintas, 2018; Bumba, 2022).

2.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

A relação entre a família e a escola é reconhecida pela literatura contemporânea como um dos fatores determinantes para o sucesso educativo e para a consolidação da qualidade do ensino. A escola, enquanto espaço institucional de formação formal, e a família, como ambiente primário de socialização, devem atuar de forma complementar na construção de valores, atitudes e conhecimentos. Para Kulima (2021, p. 15), “a inclusão das famílias nas atividades educativas e decisões escolares depende do entendimento, por parte da escola, de que ela não detém o monopólio da educação na comunidade”. Essa observação reforça a ideia de que a educação é um processo compartilhado, construído a partir da interação contínua entre diferentes atores sociais.

Do ponto de vista histórico e sociológico, a articulação entre família e escola tem sido objeto de estudos que buscam compreender como essas instituições se relacionam diante das transformações sociais. Bourdieu e Passeron (1990) destacam que a escola reproduz, em grande medida, as desigualdades sociais, sendo a família um mediador essencial para equilibrar essa relação. Quando a comunicação entre ambas é fragilizada, o aluno tende a enfrentar maiores dificuldades no processo de aprendizagem. Essa constatação também se aplica ao contexto angolano, no qual a herança colonial, as desigualdades socioeconômicas e a diversidade cultural influenciam a forma como as famílias participam da vida escolar.

Sob o prisma pedagógico, a relação família-escola deve ser compreendida como uma prática dialógica e participativa. Segundo Almeida (2014, p. 67), “a família é o primeiro espaço educativo e o prolongamento natural da escola”, sendo que a ausência de integração entre essas duas esferas compromete o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança. Esse entendimento sugere que a escola precisa reconhecer os saberes e as experiências das famílias como parte do processo educativo, valorizando o conhecimento local e as dinâmicas comunitárias. Em Angola, tal reconhecimento ainda representa um desafio, especialmente em contextos rurais e periféricos, onde o acesso à educação formal é limitado e as práticas pedagógicas muitas vezes descontextualizadas.

A educação contemporânea exige uma abordagem centrada na corresponsabilidade e na cooperação. Para Epstein (2011), a escola de qualidade é aquela que constrói “pontes de parceria” com as famílias, promovendo um clima de confiança e colaboração. Epstein e colaboradores (2019) propõem seis tipos de envolvimento que viabilizam essa parceria.

- a-) envolvimento parental, em que se ajude as famílias a estabelecerem condições domiciliares para suporte aos estudos dos alunos, incluindo a supervisão de tarefas, assim como se estabelece meios para que as escolas conheçam as famílias atendidas, a partir de ações de comunicação digital e cursos ou oficinas;
- b-) comunicação, relacionada a troca de informações escola-família, a qual comporta envolvimento nos deveres de casa diferentes meios para esclarecimento sobre funcionamento, programas, relatório de avaliação, etc.
- c-) voluntariado, o qual recruta e organiza meios de ajuda familiar as escolas e estudantes, efetivada a partir da atuação em espaços escolares e em atividades extracurriculares;
- d-) envolvimento nos deveres de casa, com orientação para que as famílias acompanhem as tarefas e possam atuar para a aprendizagem dos filhos;
- e-) envolvimento nas tomadas de decisão, com a inclusão das famílias nas decisões escolares a partir do envolvimento representativo de seus membros nos comitês escolares e em situações que exijam a análise e defesa dos alunos; e
- f-) colaboração com a comunidade, a partir da identificação e integração de recursos e serviços para fortalecer os programas escolares, assim como a preparação dos alunos para servirem a comunidade (Epstein *et al.*, 2019 *apud* Almeida, 2024, p. 87).

Essa análise dos autores sobre as possibilidades de envolvimento entre família e escola converge com as diretrizes das políticas educacionais angolanas, que defendem a participação da comunidade na gestão escolar. No entanto, conforme aponta Bumba (2022), a efetivação dessas políticas enfrenta entraves decorrentes da centralização administrativa e da fraca descentralização das decisões educativas, o que limita a autonomia das escolas e a participação das famílias no processo de ensino.

A relação família-escola, além de uma questão de gestão, é também um elemento de natureza ética e social. A escola precisa compreender que a presença dos pais não deve se restringir a reuniões formais, mas constituir um processo contínuo de diálogo e cooperação. Como observa Kulima (2021, p. 24), “a falta de iniciativa dos próprios pais e a ausência de ações inclusivas promovidas pela escola impedem a construção de uma verdadeira parceria educativa”. Assim, promover uma cultura de participação requer esforço conjunto, formação dos professores para o

diálogo e políticas institucionais que incentivem a aproximação entre os atores educativos.

Outro aspecto relevante na análise teórica é a influência das condições socioeconômicas sobre a interação família-escola. Em Angola, muitas famílias enfrentam limitações financeiras, longas jornadas de trabalho e baixo nível de escolaridade, fatores que reduzem a disponibilidade para acompanhar o percurso escolar dos filhos. De acordo com Quintas (2018), o contexto socioeconômico das comunidades afeta diretamente a forma como os professores e gestores planejam e executam suas ações pedagógicas, reforçando a necessidade de políticas que considerem a realidade local como elemento central na prática educativa.

Nesse sentido, a relação família-escola não pode ser reduzida a uma formalidade institucional, mas deve ser compreendida como um espaço de construção coletiva do conhecimento. As teorias socioconstrutivistas, como a de Vygotsky (1998), defendem que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais, sendo o ambiente familiar um dos contextos mais ricos para a aprendizagem. Quando a escola integra a família em suas práticas pedagógicas, amplia-se o potencial de aprendizagem e cria-se um ambiente educativo mais significativo e contextualizado.

Por fim, pode-se afirmar que a relação família-escola, enquanto fundamento teórico e conceitual, ultrapassa o campo da pedagogia e se insere na esfera da política educacional e da cidadania. O envolvimento familiar na escola representa não apenas um apoio ao rendimento escolar, mas também um exercício de participação democrática e de corresponsabilidade social. Como conclui Kulima (2021, p. 65), “a promoção da inclusão e da participação das famílias é condição indispensável para a construção de uma escola angolana verdadeiramente democrática, justa e de qualidade”. Esse princípio serve de base para a reflexão que norteia os demais subtemas deste trabalho, situando a parceria família-escola como elemento essencial para o fortalecimento do ensino e para a transformação social em Angola.

2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO ANGOLANO

A família é a primeira instituição educativa e o núcleo essencial de socialização da criança, sendo responsável por transmitir valores, hábitos, crenças e comportamentos que sustentam o desenvolvimento humano. De acordo com Almeida (2014, p. 72), “a família representa o primeiro espaço de aprendizagem da

convivência, do respeito e da responsabilidade”. Em Angola, esse papel adquire uma dimensão particular, pois a estrutura familiar ainda é fortemente marcada por tradições culturais, vínculos comunitários e um sistema de valores que se refletem na educação das crianças. Assim, compreender o papel da família no processo educativo angolano implica reconhecer a sua importância histórica e sociocultural na formação dos cidadãos.

No contexto da educação formal, a participação da família é vista como fator determinante para o sucesso escolar. Segundo Kulima (2021, p. 33), “os pais e encarregados de educação, quando devidamente integrados, contribuem significativamente para o desenvolvimento das práticas inclusivas e para a melhoria do desempenho dos alunos”. Essa integração, no entanto, enfrenta inúmeros obstáculos, como a falta de tempo, a distância entre o lar e a escola e a carência de políticas efetivas de incentivo à participação parental. A ausência de um diálogo constante entre família e escola leva, muitas vezes, ao distanciamento das famílias do processo educativo, o que fragiliza o acompanhamento das aprendizagens e o apoio às necessidades individuais das crianças.

A estrutura familiar angolana, influenciada pela história colonial, pela guerra civil e pelas desigualdades econômicas, passou por profundas transformações. Como observa Bumba (2022), a guerra prolongada e os deslocamentos populacionais desarticularam as redes familiares, impactando diretamente a socialização das novas gerações. Muitas famílias se tornaram monoparentais e vulneráveis, com pais desempregados ou obrigados a trabalhar em condições precárias, o que reduz a sua capacidade de acompanhamento escolar. Essa realidade demonstra que o papel da família na educação está condicionado não apenas por valores culturais, mas também por fatores socioeconômicos e políticos que marcam o contexto angolano.

Apesar dessas dificuldades, a família continua a ser reconhecida como base essencial do processo educativo. Quintas (2018, p. 54) enfatiza que “a qualidade do ensino em Angola depende tanto da atuação dos professores quanto da colaboração ativa das famílias e da comunidade”. Essa colaboração deve ir além da mera presença nas reuniões escolares, abrangendo o apoio diário às tarefas, o incentivo à leitura, o acompanhamento emocional e o diálogo com os professores. A construção de uma escola de qualidade exige, portanto, uma cultura de corresponsabilidade, na qual cada parte reconheça o seu papel e a sua contribuição no desenvolvimento integral do aluno.

No âmbito das políticas educacionais, o Estado angolano tem reiterado a importância da família como parceira da escola. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16, de 7 de outubro) estabelece, no artigo 8.º, que “a família é o primeiro agente educativo e deve colaborar com a escola na formação moral, cívica e cultural da criança”. Contudo, como aponta Bumba (2022, p. 119), ainda existe um descompasso entre o discurso político e a prática social, pois muitas escolas carecem de mecanismos estruturados para envolver efetivamente os encarregados de educação nas decisões e nas atividades escolares. É necessário que as políticas sejam acompanhadas de ações concretas que promovam uma verdadeira inclusão das famílias no sistema educativo.

Outro aspecto a considerar é o papel da família na formação de atitudes e valores que influenciam o comportamento escolar. O respeito à autoridade, a responsabilidade com as tarefas e o interesse pela aprendizagem são traços que se iniciam no ambiente doméstico. Para Kulima (2021), a ausência de acompanhamento familiar tende a refletir-se em comportamentos desajustados e baixo rendimento escolar. Assim, investir na formação parental, através de programas de sensibilização e capacitação, pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer a relação entre o lar e a escola, reduzindo as desigualdades de aprendizagem.

Além da dimensão educativa, a família desempenha um papel afetivo e emocional que é crucial para o desenvolvimento da criança. A teoria de Bronfenbrenner (1996) sobre os sistemas ecológicos da educação ressalta que o lar constitui o microssistema mais próximo e influente na trajetória escolar. Em Angola, onde muitas crianças enfrentam privações materiais e sociais, o apoio emocional e o encorajamento familiar são determinantes para a permanência e o sucesso escolar. O cuidado, o diálogo e o acompanhamento regular ajudam a criança a perceber o valor da escola como espaço de crescimento e mobilidade social.

Por fim, compreender o papel da família no processo educativo angolano significa reconhecer que ela é simultaneamente uma força de apoio e um campo de desafios. A escola deve adotar uma postura aberta e acolhedora, valorizando os saberes familiares e promovendo práticas que estimulem o envolvimento dos pais e encarregados de educação. Como sintetiza Kulima (2021, p. 67), “a família, quando se torna parceira da escola, contribui para transformar a educação num processo participativo, inclusivo e humanizado”. Este entendimento reforça a necessidade de repensar o modelo de cooperação entre escola e família, de modo a construir um

sistema educativo que una esforços em prol da qualidade e da equidade no ensino angolano.

3 QUALIDADE EDUCATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel central na formação integral do indivíduo e na construção de sociedades mais justas, participativas e democráticas. No contexto angolano, marcado por desigualdades sociais, desafios econômicos e processos históricos de reconstrução nacional, a escola assume responsabilidades que extrapolam a função instrucional, tornando-se um espaço de socialização, formação cidadã e preservação de valores sociais. Conforme Bumba (2022), a escola constitui um dos principais pilares do desenvolvimento humano, sendo chamada a responder não apenas às demandas pedagógicas, mas também às necessidades sociais das comunidades em que está inserida.

A função social da escola está intrinsecamente relacionada à promoção da qualidade educativa, entendida como um processo amplo, contínuo e socialmente situado. A qualidade educativa não pode ser reduzida ao rendimento escolar ou aos resultados obtidos em avaliações externas, pois envolve dimensões pedagógicas, organizacionais, administrativas e relacionais. Gadotti (2000) afirma que uma educação de qualidade é aquela que contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir conscientemente na realidade social, o que exige práticas educativas contextualizadas e comprometidas com a transformação social.

Nesse sentido, a qualidade educativa deve ser compreendida como resultado da articulação entre condições materiais, práticas pedagógicas, gestão escolar e participação da comunidade. A escola de qualidade é aquela que assegura condições adequadas de ensino-aprendizagem, valoriza os profissionais da educação e estabelece relações dialógicas com os diferentes atores envolvidos no processo educativo. Libâneo (2013) destaca que a qualidade do ensino está diretamente relacionada à forma como a escola se organiza e se gerencia, evidenciando a importância da gestão escolar para o alcance dos objetivos educacionais.

A gestão escolar, por sua vez, assume papel estratégico na organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição. A maneira como as decisões são tomadas, os recursos são administrados e as relações são estabelecidas impacta diretamente o clima escolar e a qualidade do ensino oferecido. Paro (2016) defende que a gestão escolar deve ser orientada por princípios democráticos, garantindo a participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.

A gestão democrática constitui, assim, um elemento estruturante da qualidade educativa, pois promove a corresponsabilização, a transparência e o diálogo no interior da escola. A democratização da gestão rompe com práticas autoritárias e centralizadoras, favorecendo a construção coletiva de projetos pedagógicos mais coerentes com a realidade dos alunos e da comunidade. Conforme Freire (1996), a educação democrática se constrói no diálogo e na participação, elementos essenciais para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

A relação entre gestão democrática e qualidade educativa torna-se ainda mais evidente quando se considera o papel da família no processo educativo. A família é reconhecida como a primeira instância de socialização da criança, desempenhando papel fundamental na construção de valores, atitudes e hábitos que influenciam diretamente o percurso escolar. Kulima (2021) ressalta que o envolvimento da família na vida escolar contribui significativamente para o sucesso acadêmico, a permanência dos alunos na escola e o fortalecimento do vínculo com a aprendizagem.

Entretanto, a participação da família na escola nem sempre ocorre de forma efetiva e contínua. Em muitas realidades educacionais, a relação família–escola é marcada por distanciamento, comunicação limitada e participação restrita a momentos formais. Quintas (2018) observa que, quando a participação dos encarregados de educação se limita a reuniões pontuais ou convocações administrativas, perde-se a oportunidade de construir uma parceria educativa sólida e duradoura.

A comunicação entre escola e família constitui um elemento central nesse processo, funcionando como ponte para o diálogo, a cooperação e a corresponsabilização. Uma comunicação eficaz deve ser clara, acessível e contínua, permitindo o compartilhamento de informações, expectativas e responsabilidades. Kulima (2021) destaca que a ausência de canais de comunicação inclusivos compromete o envolvimento das famílias, especialmente daquelas com menor nível de escolaridade ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a comunicação escolar muitas vezes assume caráter vertical e burocrático, centrado na transmissão de informações, o que limita o diálogo e a escuta ativa. Essa prática enfraquece a gestão democrática e dificulta a construção de relações de confiança entre escola e família. A comunicação dialógica, por outro lado, favorece a participação, o reconhecimento dos saberes familiares e a construção coletiva de soluções para os desafios educacionais.

Os desafios socioeconômicos enfrentados pelas famílias angolanas também influenciam significativamente a relação família–escola e a promoção da qualidade educativa. A pobreza, o desemprego, a informalidade laboral e as condições precárias de vida reduzem a disponibilidade dos encarregados de educação para acompanhar o percurso escolar dos filhos. Bartolomeu (2022) aponta que essas condições contribuem para a fragilização da participação familiar e para o aumento do risco de insucesso escolar.

Em algumas comunidades, o trabalho agrícola familiar constitui um fator adicional que interfere no percurso escolar das crianças, contribuindo para a irregularidade da frequência e, em alguns casos, para a evasão escolar. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023) e do UNICEF (2022) indicam que cerca de 60% das crianças envolvidas em trabalho infantil atuam na agricultura, muitas vezes em atividades familiares de subsistência, o que limita o tempo e a energia disponíveis para os estudos. Essa realidade está particularmente presente na África Subsaariana, incluindo Angola, onde a pobreza e a necessidade de contribuição familiar reforçam a participação das crianças em atividades produtivas. O envolvimento precoce em tarefas agrícolas impacta negativamente o desempenho acadêmico e a permanência na escola, evidenciando a necessidade de políticas educacionais sensíveis ao contexto local, articuladas com ações de apoio social que permitam conciliar trabalho, sustento familiar e acesso à educação de qualidade (OIT, 2023; UNICEF, 2022).

A escola, diante desse cenário, é chamada a desenvolver estratégias pedagógicas e organizacionais que considerem as especificidades socioculturais da comunidade. A gestão democrática, nesse sentido, deve incorporar práticas inclusivas que reconheçam as dificuldades enfrentadas pelas famílias e busquem alternativas para fortalecer a participação e o acompanhamento escolar. Libâneo (2013) ressalta que a escola precisa dialogar com a realidade dos alunos para promover aprendizagens significativas.

As políticas educacionais e o enquadramento legal exercem influência direta sobre a organização da escola e a promoção da qualidade educativa. A legislação educacional angolana reconhece a importância da participação da família e da comunidade na vida escolar, estabelecendo princípios que orientam a democratização da gestão e a corresponsabilização dos atores educativos. Contudo, a distância entre

o que está previsto nos documentos legais e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas ainda representa um desafio significativo.

A centralização administrativa, a fragilidade dos conselhos escolares e a limitada autonomia das instituições dificultam a implementação plena da gestão democrática. Paro (2016) destaca que a efetivação da gestão democrática exige não apenas mudanças normativas, mas também transformações culturais e organizacionais no interior das escolas. Nesse sentido, a formação dos gestores escolares assume papel fundamental.

A formação de gestores para a liderança democrática contribui para a construção de ambientes escolares mais participativos, colaborativos e comprometidos com a qualidade educativa. Gestores preparados tendem a valorizar o trabalho coletivo, estimular a participação da comunidade e promover práticas de gestão mais transparentes. Freire (1996) enfatiza que a liderança democrática se constrói na prática do diálogo e no respeito aos diferentes saberes presentes na comunidade escolar.

Boas práticas de gestão democrática e de participação familiar demonstram que é possível fortalecer a qualidade educativa mesmo em contextos marcados por limitações estruturais. Experiências (Freire, 1996) baseadas na cooperação, no diálogo e na corresponsabilização evidenciam impactos positivos no clima escolar, no desempenho dos alunos e no fortalecimento da relação família–escola. Essas práticas reforçam a importância de uma abordagem integrada da gestão escolar.

A qualidade educativa, portanto, deve ser entendida como um processo coletivo, que envolve a articulação entre práticas pedagógicas, gestão democrática, participação da família e políticas educacionais contextualizadas. A escola que se abre ao diálogo com a comunidade fortalece seu papel social e amplia suas possibilidades de intervenção educativa. Gadotti (2000) destaca que a educação de qualidade é aquela que se compromete com a inclusão social e com a construção da cidadania.

Nesse sentido, a relação família-escola assume caráter estratégico na promoção da qualidade educativa, pois possibilita a construção de uma rede de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. A corresponsabilização educativa fortalece o compromisso coletivo com o sucesso escolar e contribui para a formação integral dos alunos. Kulima (2021) ressalta que a parceria entre escola e família constitui um dos fatores mais relevantes para a melhoria dos resultados educacionais.

Em síntese, a articulação entre qualidade educativa e gestão democrática, no contexto da relação família–escola, revela-se fundamental para a consolidação de uma educação socialmente referenciada. A escola que valoriza a participação, o diálogo e a inclusão fortalece sua função social e contribui para a transformação da realidade em que está inserida. Segundo Gadotti (2000), a educação de qualidade deve comprometer-se com a inclusão social e com a formação integral do indivíduo, promovendo aprendizagens significativas que dialoguem com o contexto sociocultural dos alunos. Assim, a promoção da qualidade educativa exige uma abordagem integrada, comprometida com a democracia, a participação e o desenvolvimento humano.

3.1 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL ANGOLANA SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

O sistema educativo angolano encontra-se estruturado por um conjunto de políticas e dispositivos legais que visam garantir o direito à educação e promover a participação da comunidade escolar no processo formativo. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16, de 7 de outubro) constitui o principal marco jurídico que orienta a organização e o funcionamento da educação em Angola. Conforme o artigo 8.º dessa lei, “a família é o primeiro agente educativo e deve colaborar com a escola na formação moral, cívica e cultural da criança”. Essa disposição legal reconhece formalmente o papel da família como parceira da escola, reforçando o princípio da corresponsabilidade educativa entre Estado, escola e sociedade.

Contudo, a efetivação dessa parceria ainda apresenta limitações. Como destaca Bumba (2022, p. 92), “as políticas públicas angolanas revelam avanços normativos significativos, mas sua aplicação prática continua fragilizada por fatores estruturais, administrativos e culturais”. A centralização das decisões e a insuficiência de mecanismos de acompanhamento comunitário dificultam a concretização da participação familiar na gestão escolar. Isso evidencia uma distância entre o discurso político e a prática cotidiana das escolas, exigindo um esforço conjunto para transformar as diretrizes legais em ações concretas.

Bartolomeu (2022), ao analisar a gestão das escolas públicas na Província do Huambo, observa que o envolvimento das famílias ainda é interpretado de maneira

superficial, restringindo-se à presença em reuniões ou eventos formais. O autor defende que “as políticas educativas devem ir além da retórica participativa, criando espaços reais de diálogo e partilha de responsabilidades entre pais e educadores” (Bartolomeu, 2022, p. 58). Essa crítica reforça a necessidade de uma abordagem descentralizada e participativa da educação, na qual a escola se reconheça como parte ativa de uma comunidade mais ampla.

As orientações da Política Nacional de Educação (PNE) também reforçam a importância da interação entre a escola e a comunidade. Segundo o Ministério da Educação de Angola (MED, 2019), a escola deve “mobilizar os pais e encarregados de educação, promovendo a sua participação nos processos pedagógicos, administrativos e sociais”. Entretanto, como argumenta Quintas (2018, p. 67), a implementação dessas políticas depende da capacitação dos gestores escolares e da criação de instrumentos de gestão democrática que favoreçam a corresponsabilidade entre todos os agentes educativos.

Nesse sentido, Kulima (2021) sublinha que as políticas educacionais precisam valorizar a dimensão humana e comunitária da escola, reconhecendo que “a educação não se constrói apenas com normas e programas, mas com pessoas, relações e compromissos partilhados” (Kulima, 2021, p. 39). Essa perspectiva humanista e participativa é essencial para que a legislação não se limite a um documento normativo, mas se converta em um instrumento efetivo de transformação educativa. Em muitas escolas angolanas, o desafio consiste precisamente em transformar a norma legal em prática pedagógica inclusiva e colaborativa.

Um aspecto relevante é a inserção dos Conselhos de Escola como instâncias de gestão participativa previstas pela legislação. Esses órgãos têm a função de integrar professores, alunos, pais e representantes da comunidade no processo decisório. No entanto, Bartolomeu (2022, p. 71) alerta que “em grande parte das escolas, esses conselhos existem apenas no papel, sem autonomia real para deliberar ou fiscalizar as ações pedagógicas”. Esse cenário compromete a transparência e reduz a possibilidade de a família exercer um papel ativo no acompanhamento das políticas escolares.

Além disso, as políticas educacionais angolanas estão alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelo país, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especificamente o Objetivo 4, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de

aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). Para alcançar essa meta, torna-se imprescindível consolidar a parceria entre escola e comunidade, criando condições para que as famílias participem de modo efetivo e informado do processo educativo.

A tipologia apresentada por Almeida (2018) permite compreender que a interação entre família e escola não ocorre de forma homogênea, mas desenvolve-se segundo modelos distintos que influenciam profundamente a qualidade da participação. A lógica institucional, por exemplo, baseia-se em um tipo de interação verticalizada, em que a escola assume o papel dominante e convoca as famílias apenas para fins administrativos, burocráticos ou de controle disciplinar. Nesse modelo, o envolvimento parental limita-se ao cumprimento de orientações impostas, sem abertura para diálogo ou partilha de responsabilidades. Almeida (2018) sublinha que este tipo de interação, ainda predominante em muitas escolas angolanas, gera um distanciamento emocional e uma pedagogia pouco participativa, impedindo que as famílias se reconheçam como agentes legítimos do processo educativo.

Por outro lado, a autora apresenta a lógica relacional, caracterizada por uma interação horizontal, dialógica e colaborativa. Nesta tipologia, a comunicação entre escola e família é contínua, recíproca e centrada no desenvolvimento integral da criança. A escola procura compreender a realidade sociocultural das famílias, valorizar seus saberes e incluí-las nas decisões pedagógicas. Segundo Almeida (2018), esse tipo de interação transforma a participação em uma experiência de corresponsabilidade e confiança, fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário. Assim, a lógica relacional promove uma educação humanizada, em que a escola deixa de ser um espaço isolado para se tornar um centro de convivência e construção coletiva de aprendizagens.

Além disso, Almeida (2018) enfatiza que essas duas lógicas não são apenas categorias teóricas, mas refletem formas reais de funcionamento das instituições educativas. Ela defende que a transição da lógica institucional para a lógica relacional requer mudanças profundas na cultura escolar, na formação dos professores e nas políticas públicas. A criação de espaços de escuta, fóruns participativos, conselhos escolares ativos e práticas comunicacionais acessíveis são estratégias essenciais para promover interações mais democráticas. A tipologia de Almeida (2018), portanto, não apenas descreve modelos de participação, mas funciona como instrumento analítico e orientador para transformar a relação família-escola em um processo mais

inclusivo, afetivo e corresponsável, condição fundamental para a melhoria da qualidade do ensino em Angola.

Portanto, compreender a política e a legislação educacional angolana sobre a relação família-escola implica reconhecer que o desafio não está apenas na existência de leis, mas na sua operacionalização. Como sintetiza Bumba (2022, p. 117), “a consolidação da democracia educativa exige um Estado promotor da participação, uma escola aberta e uma família consciente do seu papel transformador”. Nesse sentido, a efetividade da legislação dependerá da capacidade de as escolas criarem práticas participativas, transparentes e sensíveis às realidades locais, transformando as diretrizes legais em cultura institucional e em compromisso social com a qualidade da educação.

3.2 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM HUAMBO

A Província do Huambo, situada no Planalto Central de Angola, apresenta um contexto educacional marcado por contrastes significativos entre zonas urbanas e rurais. Embora seja reconhecida como uma das regiões com maior tradição escolar do país, ainda enfrenta desafios estruturais, econômicos e socioculturais que influenciam a relação entre escola e família. De acordo com Bumba (2022, p. 83), “a educação no Huambo reflete as contradições do sistema nacional: avanços normativos importantes coexistem com práticas educativas ainda centralizadas e pouco participativas”. Essa realidade torna o diálogo entre escola e família uma necessidade urgente, sobretudo para garantir que as políticas de qualidade educativa cheguem efetivamente às comunidades locais.

Um dos principais desafios identificados é o distanciamento cultural e comunicacional entre a escola e as famílias. Muitas vezes, os pais sentem-se intimidados em participar das atividades escolares, quer pela falta de instrução formal, quer pelo receio de não compreenderem os discursos pedagógicos. Kulima (2021, p. 41) observa que “a ausência de linguagem acessível e de práticas inclusivas por parte da escola cria barreiras simbólicas que afastam as famílias e limitam a colaboração”. Esse obstáculo é agravado por fatores socioeconômicos, como o desemprego, o trabalho informal e a pobreza, que reduzem o tempo e a disponibilidade dos encarregados de educação para acompanhar a vida escolar dos filhos.

Outro desafio refere-se à falta de estrutura organizacional e de políticas internas que estimulem a participação parental. Segundo Bartolomeu (2022, p. 66), “a maioria das escolas do Huambo carece de programas sistemáticos de envolvimento das famílias, o que faz com que as iniciativas ocorram de forma pontual e descontinuada”. Essa descontinuidade fragiliza o vínculo escola-comunidade, dificultando a criação de uma cultura de corresponsabilidade. As reuniões escolares, quando ocorrem, concentram-se frequentemente em problemas disciplinares, em vez de abordarem temas relacionados ao desenvolvimento pedagógico e emocional dos alunos.

Contudo, há também sinais de progresso e oportunidades que podem fortalecer essa relação. Algumas escolas do Huambo, incluindo a Escola nº 39 do Bom Pastor, têm desenvolvido práticas colaborativas baseadas na escuta e no diálogo comunitário. Quintas (2018, p. 71) ressalta que “a inovação pedagógica e o fortalecimento da gestão participativa passam pela valorização dos saberes locais e pela abertura da escola à comunidade”. Experiências de projetos interdisciplinares, feiras escolares e atividades extracurriculares têm favorecido o envolvimento das famílias, aproximando-as do cotidiano escolar e reforçando o sentimento de pertença.

As políticas educacionais recentes também criam condições favoráveis à integração. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16) e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2020–2030 incentivam a descentralização e a gestão democrática das escolas, estimulando a participação de pais e encarregados de educação. Contudo, Bumba (2022) alerta que a implementação dessas políticas depende de fatores como formação de gestores, autonomia administrativa e monitorização contínua. Sem o fortalecimento institucional das escolas e a mobilização das comunidades, essas diretrizes tendem a permanecer apenas no plano teórico.

Outro fator que precisa ser considerado é a dimensão sociocultural do Huambo. A província possui uma rica diversidade étnica e linguística, com forte presença de valores tradicionais na educação familiar. Kulima (2021, p. 58) argumenta que “a escola deve reconhecer as práticas educativas comunitárias e integrá-las ao processo de ensino, evitando impor modelos pedagógicos alheios à realidade local”. A valorização das línguas nacionais, das tradições e dos modos de vida da comunidade pode tornar o ambiente escolar mais acolhedor e significativo, fortalecendo o diálogo entre o saber científico e o saber popular.

As possibilidades de integração também passam pelo investimento na formação docente e na conscientização das famílias. Bartolomeu (2022, p. 84) afirma que “a escola que investe na formação dos seus professores em temas de comunicação e envolvimento parental tende a criar um ambiente mais participativo e inclusivo”. Paralelamente, campanhas de sensibilização e programas comunitários podem orientar as famílias sobre o valor educativo da sua presença e colaboração. Assim, tanto a escola quanto a comunidade precisam ser educadas para a cooperação mútua, desenvolvendo práticas sustentáveis de parceria.

Em síntese, os desafios e possibilidades da integração escola-família no contexto do Huambo refletem o panorama mais amplo da educação angolana: um sistema em transformação, que busca equilibrar tradição e modernidade, centralização e autonomia, formalidade e diálogo. A consolidação dessa parceria exige um esforço coletivo político, institucional e cultural orientado pela valorização do ser humano e da comunidade. Como conclui Kulima (2021, p. 69), “a escola que se abre à família torna-se mais humana, mais contextualizada e mais capaz de educar para a vida”. Essa é a direção que deve guiar as ações das escolas do Huambo, especialmente as que, como a Escola nº 39 do Bom Pastor, assumem o compromisso de transformar a relação família-escola em motor de qualidade e inclusão educativa.

3.3 ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA

O fortalecimento da parceria entre família e escola depende da criação de práticas educativas e estratégias de gestão que promovam o diálogo, a corresponsabilidade e o envolvimento ativo dos diferentes atores do processo educativo. De acordo com Epstein (2011, p. 33), uma escola de qualidade é aquela que constrói “pontes sólidas de cooperação com as famílias”, oferecendo oportunidades reais de participação e partilha de responsabilidades. Essa visão dialoga com o pensamento de Freire (1996), que defende a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo e na escuta mútua. Em Angola, tais práticas ganham especial relevância, dada a necessidade de consolidar uma cultura educativa participativa e democrática.

Uma das boas práticas mais eficazes é a institucionalização de espaços permanentes de diálogo. Kulima (2021, p. 64) defende a criação de “fóruns comunitários escolares”, que funcionem como plataformas de interação entre pais,

professores, gestores e alunos, permitindo o debate de questões pedagógicas, sociais e administrativas. Esses espaços favorecem a transparência e fortalecem o sentimento de pertença da comunidade escolar. Além disso, as escolas podem realizar assembleias trimestrais, conselhos participativos e comissões de pais, de modo a integrar o acompanhamento familiar às decisões e planos da instituição.

A comunicação contínua e acessível é outro elemento essencial. Bartolomeu (2022, p. 77) observa que “a relação família-escola melhora significativamente quando há canais de comunicação diversificados e permanentes”. O uso de mensagens de texto, plataformas digitais e encontros presenciais pode reduzir a distância entre a escola e os encarregados de educação. No entanto, é fundamental que essa comunicação seja inclusiva, respeitando as diferenças linguísticas e culturais. A formação de professores para o uso pedagógico da comunicação digital é uma estratégia que amplia a interação e garante que as informações circulem de forma clara e transparente.

O investimento em formação parental constitui também uma estratégia de alto impacto. Segundo Bumba (2022, p. 106), “a qualidade do ensino não se alcança apenas pela formação dos professores, mas pela capacitação das famílias enquanto parceiras do processo educativo”. As escolas podem promover oficinas, palestras e encontros comunitários que abordem temas como acompanhamento escolar, valores familiares e desenvolvimento emocional das crianças. Essa aproximação humaniza a relação pedagógica e ajuda os pais a compreenderem o seu papel na formação integral dos filhos, fortalecendo a confiança entre escola e comunidade.

Além da formação, as escolas devem adotar práticas pedagógicas que valorizem a cultura local e o saber comunitário. Quintas (2018, p. 81) salienta que “a escola que integra o contexto sociocultural nas suas práticas de ensino aproxima-se mais das famílias e torna-se um espaço de reconhecimento e valorização da identidade coletiva”. Projetos interdisciplinares, feiras culturais e atividades extracurriculares que envolvam a comunidade contribuem para uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. No Huambo, iniciativas desse tipo têm mostrado resultados positivos na motivação dos alunos e no envolvimento dos pais nas dinâmicas escolares.

Outro caminho promissor é o fortalecimento da gestão democrática e participativa. Conforme a Lei n.º 17/16, a gestão escolar deve promover a partilha de responsabilidades entre direção, professores, alunos e encarregados de educação.

Contudo, essa prática exige formação em liderança participativa e autonomia administrativa. Bartolomeu (2022, p. 68) afirma que “a descentralização das decisões permite que a escola responda de forma mais rápida e contextualizada às necessidades da comunidade”. Assim, investir na capacitação de gestores e no funcionamento efetivo dos conselhos escolares é fundamental para tornar a participação uma realidade concreta.

O reconhecimento e a valorização das famílias também constituem estratégias eficazes de aproximação. Pequenos gestos, como o elogio ao envolvimento dos pais, o convite para partilhar experiências ou a celebração de conquistas coletivas, fortalecem o vínculo afetivo e institucional. Kulima (2021, p. 75) observa que “quando as famílias se sentem acolhidas e reconhecidas, tornam-se mais disponíveis para participar e colaborar”. A construção de um ambiente escolar acolhedor, empático e inclusivo é, portanto, uma condição essencial para o sucesso dessa parceria.

Em última análise, fortalecer a relação família-escola significa investir na dimensão humana da educação. As boas práticas não se limitam a procedimentos técnicos, mas envolvem atitudes de respeito, escuta e cooperação. Como sintetiza Bumba (2022, p. 119), “a escola que aprende a dialogar com a comunidade transforma-se num espaço de convivência e de emancipação social”. No contexto do Huambo, essas práticas podem contribuir para consolidar uma educação mais participativa, comprometida com a realidade local e orientada para o desenvolvimento integral do aluno. A integração efetiva entre escola e família, portanto, é um caminho estratégico e indispensável para a promoção da qualidade educativa em Angola.

4 O QUE A PESQUISA REVELA? DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM HUAMBO

Neste capítulo, retomamos o percurso metodológico realizado, apresentando a síntese do levantamento bibliográfico e a análise conjunta da coleta de dados empíricas na Escola de Humabo com os encarregados da educação e os professores.

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como metodologia as pesquisas bibliográfica e de coleta de dados. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento, seleção e leitura de artigos, capítulos de livros e livros sobre a temática no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 63), “[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, teses etc.” Foram utilizados os descritores “Relação Família-Escola em Angola”, resultando em quatro dissertações relevantes para o estudo.

O estudo de Kulima (2021), intitulado *“A relação família-escola: um olhar sobre o complexo BG 1038 do ensino especial de Benguela-Angola”*, destaca que a participação da família no contexto do ensino especial ainda ocorre de forma limitada e pouco sistemática. Os resultados apontam que, apesar do reconhecimento da importância da colaboração família-escola, persistem dificuldades relacionadas à comunicação, ao acompanhamento pedagógico e à compreensão, por parte dos responsáveis legais, das especificidades relacionadas às necessidades educativas especiais. O autor conclui que o fortalecimento de estratégias de cooperação contínua entre escola e família é fundamental para melhorar o processo de inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos.

A pesquisa de Afonso (2019), denominada *“A relação família-escola e o seu impacto no processo de ensino e aprendizagem: um estudo de caso no ensino primário de Moçâmbes (Angola)”*, revela que existe uma relação direta entre o envolvimento familiar e o desempenho escolar dos alunos. Os principais resultados indicam que os estudantes cujos responsáveis legais acompanham regularmente as atividades escolares apresentam melhores níveis de aproveitamento, assiduidade e comportamento. O estudo conclui que a ausência ou fragilidade dessa relação compromete o sucesso educativo, recomendando o reforço de práticas institucionais que promovam a participação ativa da família na vida escolar.

O estudo de Ambrósio (2014), intitulado *“Um estudo sobre as representações sociais dos pais e responsáveis legais do Colégio Padre Builu em Cabinda/Angola: relação família-escola”*, aponta que as representações sociais dos pais influenciam

significativamente a forma como estes se envolvem no processo educativo. Os resultados demonstram que muitos responsáveis legais atribuem à escola a responsabilidade quase exclusiva pela educação formal das crianças, limitando sua participação efetiva. A autora conclui que é necessário promover ações de sensibilização que redefinam os papéis da família e da escola como parceiros corresponsáveis no processo educativo.

A pesquisa de Angelina (2014), intitulada *“Um estudo sobre as representações sociais de pais e responsáveis legais sobre a Escola do Ensino Primário do Chiwéca em Cabinda/Angola”*, ressalta que a percepção que os pais têm da escola influencia o nível de colaboração estabelecido. Os resultados indicam que, embora os responsáveis legais reconheçam a importância da escola para o futuro das crianças, a participação tende a restringir-se ao cumprimento de obrigações pontuais, como reuniões ou pagamento de contribuições. O estudo conclui que a melhoria da relação família-escola passa pela criação de espaços permanentes de diálogo e envolvimento comunitário.

A coleta de dados foi realizada no Complexo Escolar nº 39 do Bom Pastor, localizado no bairro Cacilhas Centro, Comuna Sede do Huambo, Município do Huambo, Província do Huambo. A instituição foi criada ao abrigo do artigo 71 da Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001, que aprova as Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto-Lei n.º 5/02, de 01 de fevereiro de 2002. Inicialmente, a escola contava com duas salas de aula, um gabinete da direção, uma secretaria, uma sala de arrecadação e dois balneários. Atualmente, a estrutura física expandiu-se significativamente, possuindo 26 salas de aula, 11 vestiários, um depósito de materiais, os gabinetes do Diretor, do Diretor Pedagógico e do Diretor Administrativo, além de uma secretaria e um poço de água.

Em termos de recursos humanos, a escola dispõe de 71 funcionários, dos quais 59 são professores (26 técnicos médios, 5 bacharéis e 28 licenciados), seis membros da direção, sete auxiliares de limpeza (três efetivos e quatro contratados), quatro seguranças contratados e um Diretor Geral, que constitui o órgão máximo da instituição.

A amostra foi constituída por 20 professores e 20 responsáveis legais de alunos do Complexo Escolar nº 39 do Bom Pastor. A seleção dos participantes considerou critérios de acessibilidade e disponibilidade para participar da pesquisa, garantindo

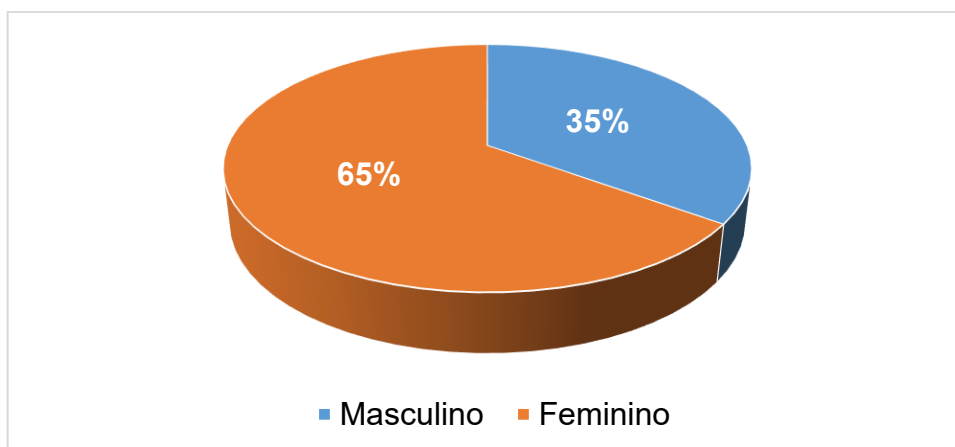
que todos tivessem vínculo direto com o processo educativo e contribuíssem com informações relevantes sobre a relação família-escola.

Os dados recolhidos foram organizados e tratados estatisticamente, sendo posteriormente apresentados sob a forma de gráficos, o que possibilita uma leitura clara e objetiva das informações obtidas. A apresentação dos resultados incide, essencialmente, sobre as características sociodemográficas dos encarregados de educação, suas condições socioeconômicas, os níveis de participação na vida escolar dos educandos e as percepções relativas à importância da relação entre a família e a escola.

A interpretação e discussão dos resultados procuram ultrapassar a mera descrição dos dados quantitativos, estabelecendo uma articulação entre os resultados empíricos e o referencial teórico que sustenta a investigação. Assim, os dados são analisados à luz de autores que abordam a participação da família na educação, a gestão democrática da escola e os fatores que influenciam a qualidade do ensino, permitindo identificar convergências e divergências entre a realidade estudada e a literatura científica. Essa análise possibilita evidenciar, por um lado, as possibilidades existentes para o fortalecimento da relação família-escola, nomeadamente o reconhecimento da sua importância por parte dos encarregados de educação, e, por outro, os desafios persistentes, associados às limitações socioeconômicas (dificuldades ou restrições que uma pessoa, família ou grupo enfrenta devido à sua condição social e econômica), ao nível de escolaridade das famílias e às condições institucionais de participação no contexto educativo angolano.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Gráfico 1 - Distribuição dos responsáveis legais por sexo

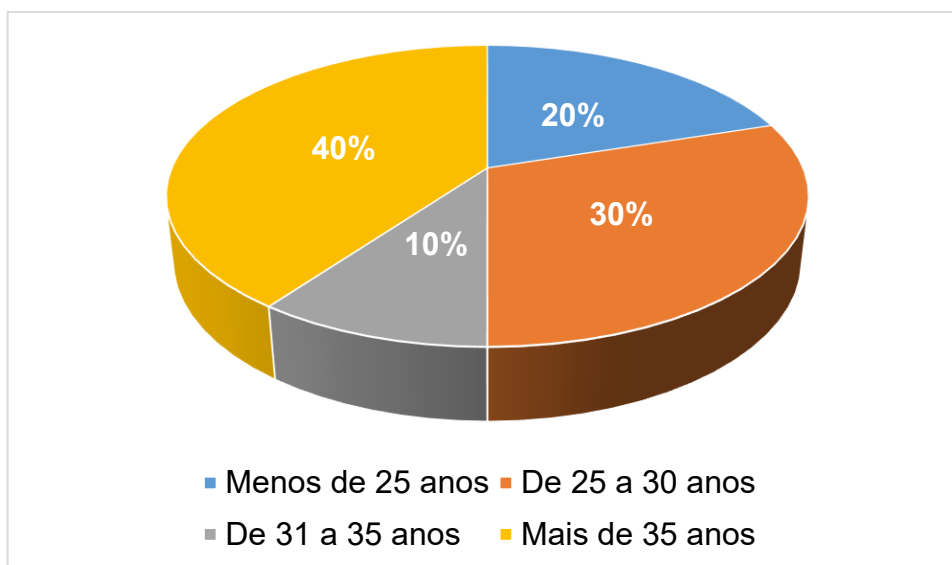


Fonte: Elaboração própria, 2026.

O gráfico revela que 65% dos responsáveis legais são do sexo feminino, enquanto 35% são do sexo masculino. Este dado demonstra o papel central da mulher, sobretudo da mãe, na responsabilidade educativa dos filhos, realidade frequente no contexto angolano. A predominância feminina indica maior envolvimento das mulheres na relação família-escola, o que pode favorecer o acompanhamento escolar, mas também revela um desafio, que é a baixa participação masculina, especialmente dos pais.

No que diz respeito às características sociodemográficas, a presença significativa de encarregados com idade superior a 35 anos e de familiares substitutos, como avós, indica uma configuração familiar alargada, comum em contextos africanos. Conforme Carvalho (2004), esse tipo de estrutura familiar pode representar tanto uma rede de apoio quanto uma limitação no acompanhamento pedagógico direto, sobretudo quando associada a baixos níveis de escolaridade.

Gráfico 2 - Distribuição dos responsáveis legais por faixa etária

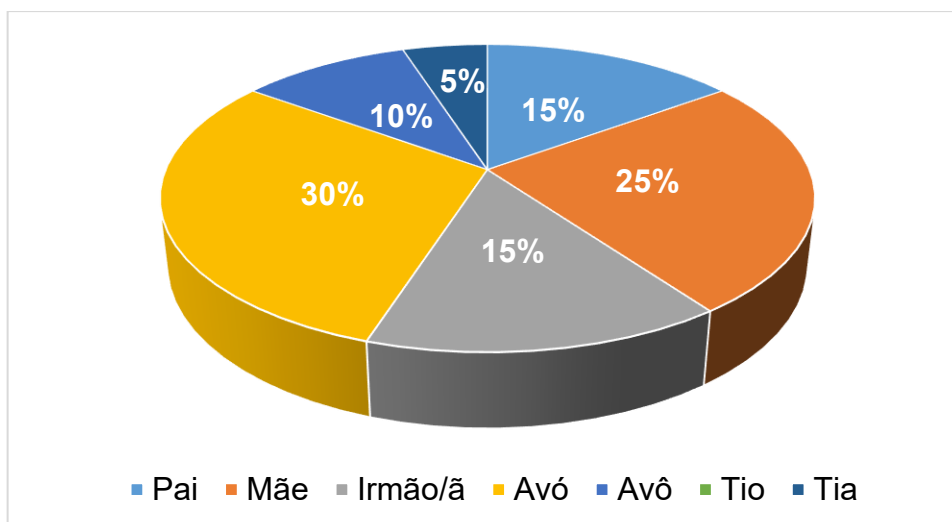


Fonte: Elaboração própria, 2026.

Observa-se que no gráfico acima 40% têm mais de 35 anos, 30% situam-se entre 25 e 30 anos, 10% entre 31 e 35 anos e 20% têm menos de 25 anos. A predominância de encarregados mais velhos pode indicar maior experiência de vida, mas também possíveis dificuldades na compreensão das novas metodologias pedagógicas, o que constitui um desafio à parceria família-escola.

De acordo com Epstein (2011), diversos fatores influenciam o envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos filhos, incluindo idade, nível de escolaridade, condições socioeconômicas e experiência prévia com processos educativos. A idade dos responsáveis legais pode determinar o tipo e a intensidade do envolvimento: adultos mais jovens tendem a participar de forma mais ativa em tarefas relacionadas ao acompanhamento cotidiano da aprendizagem, enquanto adultos mais velhos podem priorizar a presença em reuniões e eventos escolares formais. Além disso, a escolaridade e o capital cultural dos responsáveis legais influenciam diretamente a segurança e a capacidade de apoiar o desenvolvimento acadêmico dos alunos, reforçando a necessidade de estratégias diferenciadas por parte da escola.

Gráfico 3 - Grau de parentesco



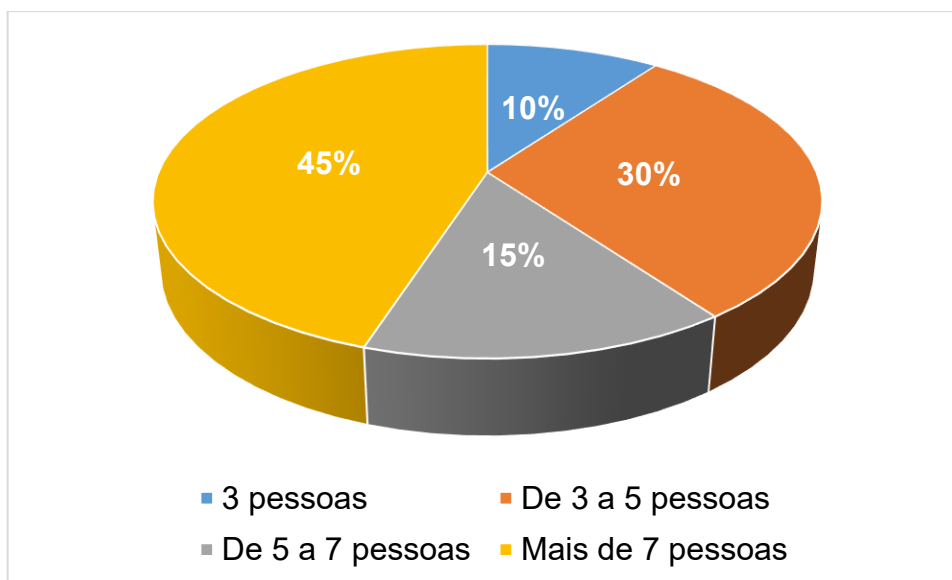
Fonte: Elaboração própria, 2026.

O Gráfico 3 apresenta o grau de parentesco dos encarregados da educação, sendo 30% avós, 25% mães, 15% pais, 15% irmãos, 10% avôs e 5% tios. A forte presença das avós (30%) indica que muitas crianças estão sob tutela de familiares substitutos, o que pode dificultar o acompanhamento escolar direto, mas também representa uma possibilidade de apoio intergeracional.

De acordo com Carvalho (2004), as famílias alargadas desempenham papel relevante na educação das crianças, pois ampliam o círculo de cuidado e apoio, oferecendo supervisão, valores culturais e suporte emocional. No entanto, a complexidade desse arranjo familiar pode gerar desafios no acompanhamento escolar, já que diferentes membros podem ter níveis variados de escolaridade, disponibilidade de tempo e compreensão do currículo escolar. Nesse sentido, a escola precisa fornecer orientação e suporte específico para que todos os membros envolvidos no cuidado e na educação das crianças possam contribuir de forma eficaz.

A atuação da escola deve incluir estratégias de comunicação claras e acessíveis, capacitação dos responsáveis legais sobre formas de acompanhamento das atividades escolares, e criação de espaços de participação que considerem a diversidade de arranjos familiares. Esse apoio institucional fortalece a parceria família-escola, garantindo que mesmo em contextos de famílias alargadas, o acompanhamento pedagógico seja contínuo e consistente, refletindo positivamente no desempenho acadêmico e no desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 4 - Agregado Familiar



Fonte: Elaboração própria, 2026.

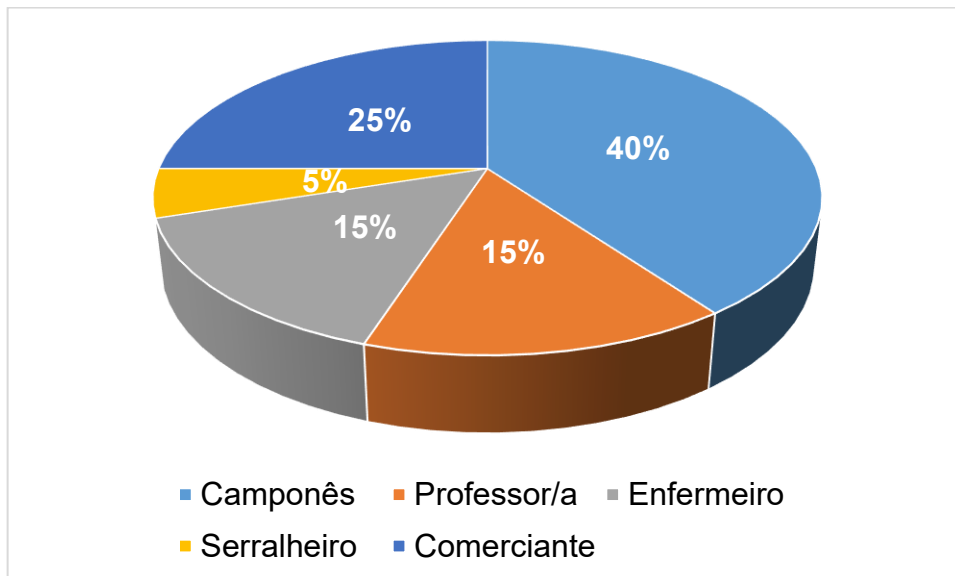
O Gráfico 4 apresenta o número de pessoas do agregado familiar, ou seja, número de pessoas que moram na mesma casa. Constata-se que 45% vivem em agregados com mais de 7 pessoas, 30% entre 3 e 5 pessoas, 15% entre 5 e 7 pessoas e 10% com apenas 3 pessoas. Agregados numerosos podem limitar o acompanhamento individual do aluno, constituindo um desafio à qualidade do ensino, sobretudo no apoio domiciliar.

Segundo Bourdieu (1998), o contexto familiar exerce influência direta sobre o desempenho escolar dos alunos, sendo o tamanho do agregado familiar um fator condicionante. Famílias maiores podem apresentar desafios adicionais para o acompanhamento das atividades escolares, devido à divisão de atenção entre múltiplos filhos e à necessidade de equilibrar responsabilidades domésticas e educativas. Além disso, o capital cultural e social disponível dentro da família — incluindo escolaridade, experiência acadêmica e redes de apoio — impacta a capacidade dos responsáveis legais de acompanhar e incentivar o aprendizado.

Nesse sentido, a escola desempenha papel central ao criar estratégias que considerem essas diferenças, promovendo uma comunicação clara e acessível, fornecendo orientação sobre o acompanhamento das tarefas e estabelecendo espaços de participação que envolvam todos os membros da família interessados na educação dos alunos. Ao reconhecer a diversidade de contextos familiares e oferecer suporte adequado, a escola fortalece a parceria família-escola, contribuindo para o sucesso acadêmico e para o desenvolvimento integral das crianças,

independentemente do tamanho do agregado familiar ou das condições socioeconômicas.

Gráfico 5 - Profissão dos responsáveis legais



Fonte: Elaboração própria, 2026.

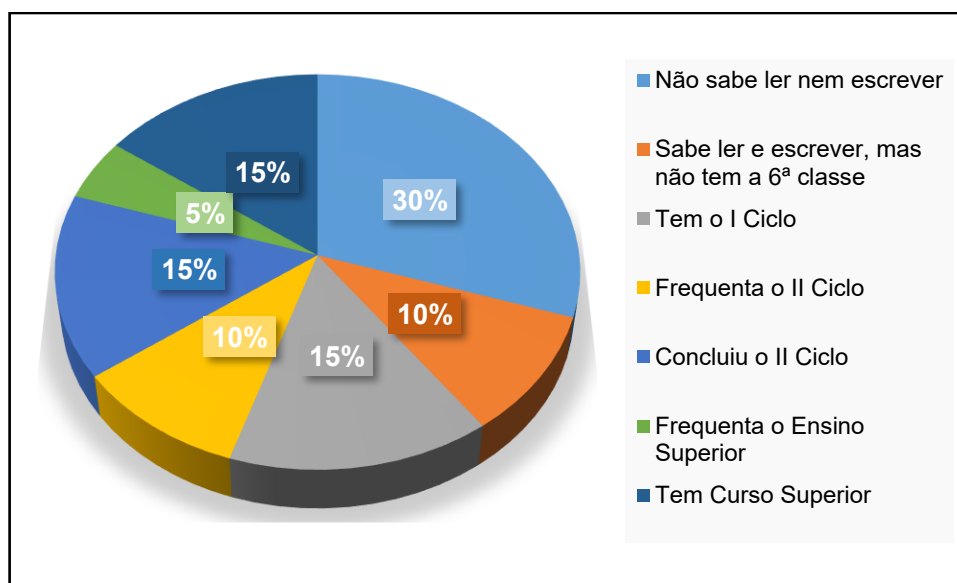
O gráfico 5 apresenta a profissão dos responsáveis legais em que 40% são camponeses, 25% comerciantes, 15% professores, 15% enfermeiros e 5% serralheiros. A predominância de profissões ligadas ao setor informal e rural ressalta limitações socioeconômicas (dificuldades ou restrições que uma pessoa, família ou grupo enfrenta devido à sua condição social e econômica), que impactam a participação escolar.

Para Silva (2012), o nível ocupacional das famílias influencia diretamente a capacidade de envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos filhos. Famílias cujos membros exercem atividades com maior flexibilidade de horário ou maior compatibilidade com a rotina escolar tendem a participar de forma mais ativa, acompanhando tarefas, reuniões e eventos escolares. Em contrapartida, famílias com ocupações que exigem longas jornadas de trabalho ou múltiplos empregos podem enfrentar dificuldades para acompanhar o desempenho acadêmico, participar de reuniões e apoiar as atividades escolares de maneira consistente.

Dessa forma, a escola deve adotar estratégias que considerem essas diferenças, como flexibilização de horários para reuniões, disponibilização de informações por múltiplos canais de comunicação e orientação prática para que os responsáveis legais possam apoiar o aprendizado das crianças, mesmo diante de

limitações de tempo ou recursos. Ao reconhecer a diversidade de situações ocupacionais, a escola fortalece a participação familiar e a parceria família-escola, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e para o desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 6 - Nível de habilitações acadêmicas dos responsáveis legais



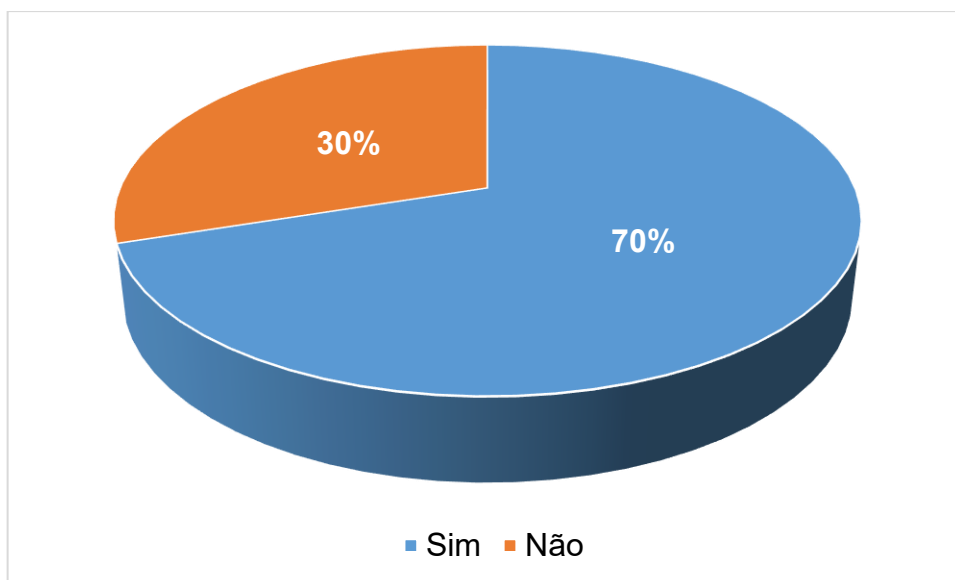
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 30% não sabem ler nem escrever, 10% sabem ler mas não concluíram a 6ª classe, 10% têm o I Ciclo, 10% frequentam o II Ciclo, 15% concluíram o II Ciclo, 5% frequentam o ensino superior e 15% têm ensino superior.

O elevado índice de baixa escolaridade constitui um desafio significativo à relação família-escola, pois limita o apoio pedagógico em casa. Segundo Charlot (2005), a escolaridade dos pais influencia o capital cultural transmitido aos filhos.

Os dados relativos ao nível de habilitações acadêmicas indicam que uma parte significativa dos encarregados de educação possui baixa escolaridade ou mesmo analfabetismo, o que impacta negativamente o apoio dado aos educandos em casa. Charlot (2005) defende que a relação das famílias com a escola está fortemente condicionada pelo seu capital cultural, sendo comum que pais com menor escolaridade se sintam inseguros para intervir no processo educativo dos filhos.

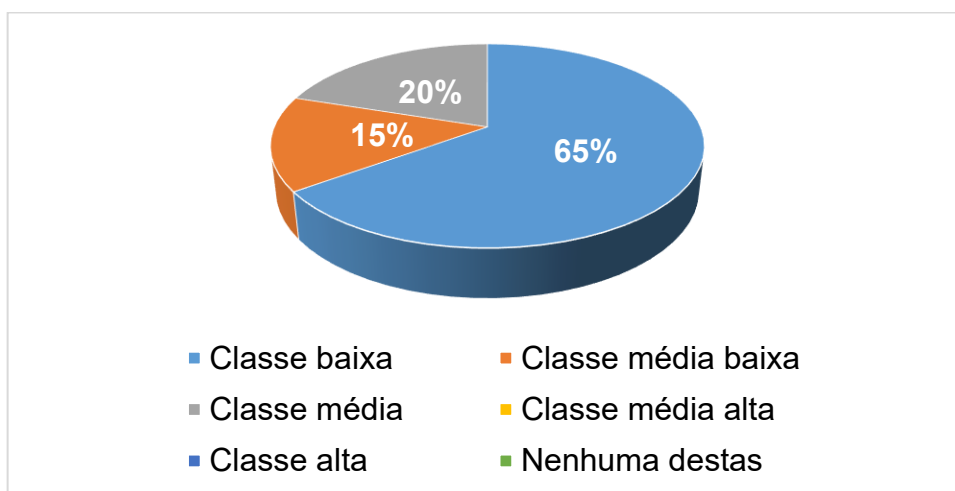
Gráfico 7 - Residência dos responsáveis legais em relação à localização da escola



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Verifica-se que 70% residem próximo da escola e 30% residem longe. A proximidade geográfica representa uma possibilidade de maior participação, reduzindo barreiras de deslocação. Epstein (2011) destaca que a proximidade física facilita a comunicação escola–família.

Gráfico 8 - Classe socioeconômica dos responsáveis legais



Fonte: Elaboração própria, 2026.

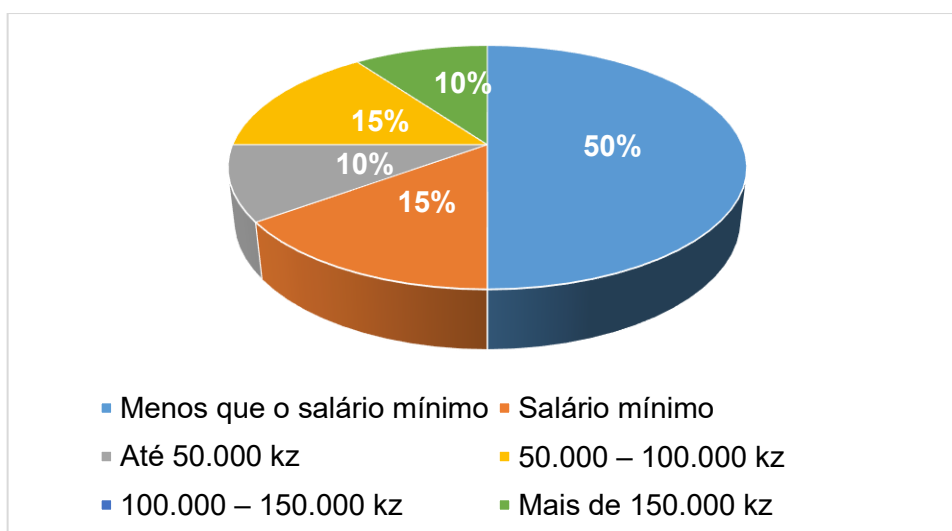
Constata-se que 65% dos encarregados de educação pertencem à classe baixa, 15% à classe média baixa e 20% à classe média. Em Angola, a diferenciação socioeconômica considera critérios como rendimento familiar mensal, nível de escolaridade, tipo de habitação e ocupação profissional (MINFIN, 2020) – Ministério das Finanças de Angola. No caso do presente estudo, os dados apresentados

refletem o rendimento declarado pelos responsáveis legais, cruzado com informações sobre escolaridade e ocupação, conforme demonstrado no gráfico seguinte. A predominância da classe baixa destaca desigualdades sociais significativas, indicando a necessidade de maior intervenção da escola para promover condições equitativas de acesso à qualidade educativa.

Para Saviani (2008), a escola deve atuar como instrumento de compensação das desigualdades sociais, oferecendo oportunidades equitativas de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de seu contexto familiar ou socioeconômico. Nesse sentido, a instituição escolar tem o papel de reduzir barreiras que limitam a participação dos responsáveis legais na vida escolar, criando estratégias que promovam inclusão, engajamento e corresponsabilidade educativa.

A escola pode, por exemplo, desenvolver programas de apoio pedagógico, organizar reuniões e capacitações adaptadas às condições e necessidades das famílias, e estabelecer canais de comunicação eficazes para diferentes perfis de responsáveis legais. Ao reconhecer e intervir nas desigualdades, a escola fortalece a parceria família-escola, garantindo que todos os alunos tenham condições de alcançar sucesso acadêmico e desenvolvimento integral, independentemente das diferenças sociais e econômicas existentes em seu ambiente familiar.

Gráfico 9 - Escalão de rendimento familiar mensal



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 50% vivem com menos que o salário mínimo, 15% com o salário mínimo, 10% até 50.000 kz, 15% entre 50.000 e 100.000 kz e 10% acima de

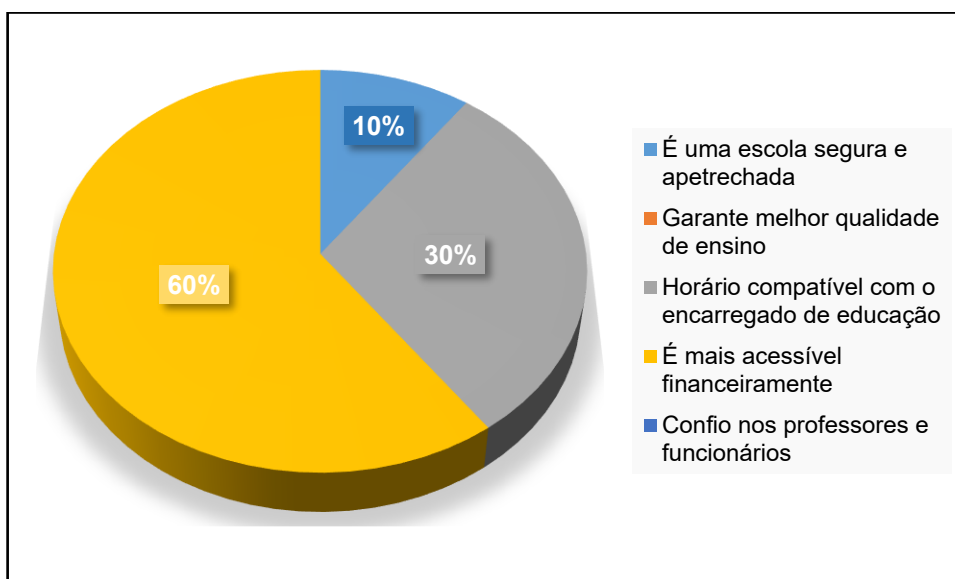
150.000 kz. O baixo rendimento limita recursos educativos e compromete a qualidade do acompanhamento escolar.

Segundo a UNESCO (2017), a pobreza é um dos principais fatores de exclusão educativa em África, afetando tanto a frequência quanto o desempenho escolar dos alunos. Famílias em situação de vulnerabilidade econômica enfrentam dificuldades para acompanhar de forma contínua o processo de aprendizagem dos filhos, por limitações financeiras, falta de recursos educacionais e restrições de tempo decorrentes do trabalho ou de outras responsabilidades. Esses fatores reduzem a capacidade dos responsáveis legais de se envolverem plenamente na vida escolar, impactando diretamente a regularidade da participação e o suporte pedagógico em casa.

Nesse contexto, a escola desempenha papel essencial ao criar estratégias de apoio e inclusão que considerem as condições socioeconômicas das famílias. Isso inclui disponibilizar materiais educativos acessíveis, estabelecer canais de comunicação adequados a diferentes realidades familiares e oferecer orientação sobre como os responsáveis podem contribuir com a aprendizagem, mesmo diante de limitações econômicas. Ao reconhecer e mitigar os efeitos da pobreza, a escola fortalece a parceria família-escola, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a equidade educacional e o desenvolvimento integral dos alunos.

4.2 MOTIVO DA ESCOLHA DA ESCOLA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Gráfico 10 - Razões para a escolha da escola do educando



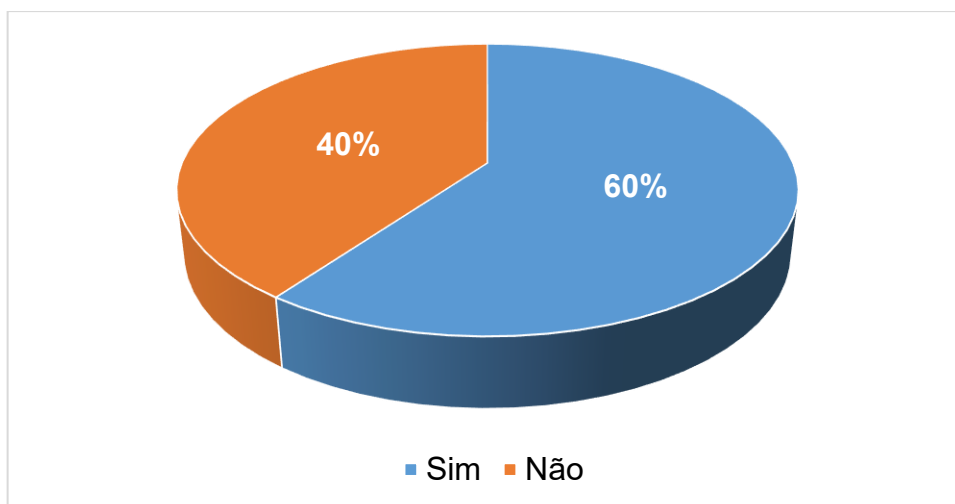
Fonte: Elaboração própria, 2026.

A principal razão para a escolha da escola é o fato de ser financeiramente acessível (60%), seguida de horário compatível (30%) e segurança (10%). Essa seleção demonstra que os responsáveis legais priorizam fatores econômicos em detrimento de critérios pedagógicos, revelando um desafio estrutural no sistema educativo. Em Angola, a corresponsabilidade escolar é prática comum: os pais contribuem com valores financeiros para custear materiais escolares, manutenção de instalações ou pequenas obras, complementando os recursos disponibilizados pelo Estado (MED, 2019) – Minsitério da Educação. Essa participação monetária, embora muitas vezes limitada, reforça o envolvimento familiar na educação dos filhos e revela a necessidade de políticas que conciliem a contribuição dos encarregados de educação com o acesso equitativo à aprendizagem de qualidade.

Para Lück (2009), quando a escolha escolar é condicionada por fatores econômicos, a qualidade do ensino tende a se tornar secundária frente às limitações financeiras das famílias. Nesses casos, os responsáveis legais podem priorizar instituições mais próximas ou mais acessíveis financeiramente, independentemente da infraestrutura, recursos pedagógicos ou qualificação dos professores, o que influencia diretamente o desempenho e as oportunidades de aprendizagem dos alunos.

Diante desse cenário, a escola deve adotar estratégias que minimizem os impactos dessas limitações econômicas, promovendo programas de apoio pedagógico, envolvimento da comunidade e ações que incentivem a participação dos responsáveis legais, independentemente das condições financeiras. Ao reconhecer o papel da economia na tomada de decisão familiar e oferecer alternativas inclusivas, a escola contribui para a equidade educacional, fortalece a parceria família-escola e garante que o foco na qualidade do ensino seja mantido, mesmo em contextos socioeconômicos desfavoráveis.

Gráfico 11 - Apoio dos responsáveis legais nos trabalhos de casa



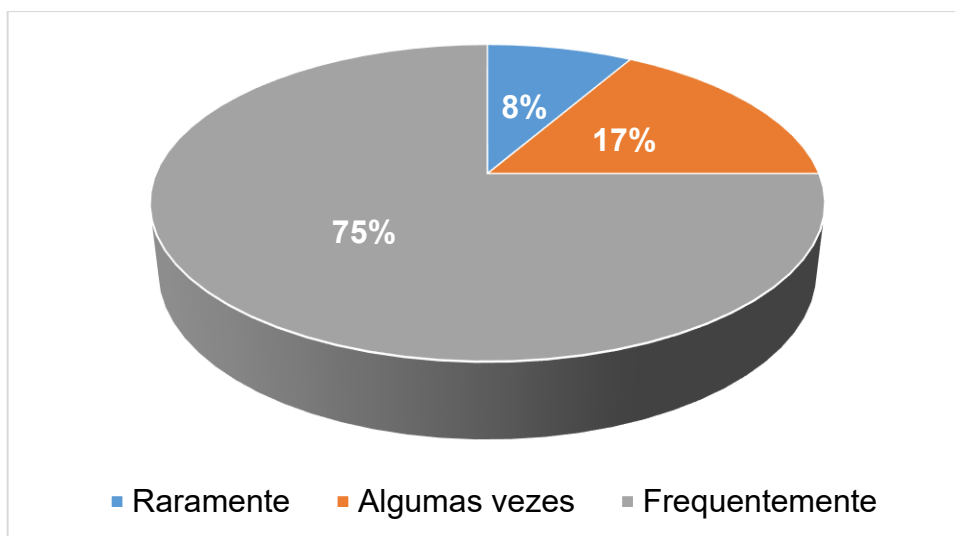
Fonte: Elaboração própria, 2026.

O gráfico acima indica que 60% dos encarregados de educação afirmam apoiar os educandos nos trabalhos de casa, enquanto 40% afirmam não prestar esse apoio. Apesar de a maioria demonstrar envolvimento, o fato de 40% não apoiarem indica um desafio relevante à qualidade do ensino, pois o acompanhamento familiar é determinante para a consolidação das aprendizagens.

Segundo Epstein (2011), o apoio familiar às tarefas escolares constitui uma das formas mais eficazes de envolvimento dos responsáveis legais, influenciando positivamente o rendimento académico e a consolidação de competências básicas dos alunos. Esse acompanhamento permite que os estudantes recebam orientação, estímulo e supervisão contínuos, fortalecendo o aprendizado e a motivação para os estudos.

Além disso, o apoio familiar contribui para a criação de uma rotina de estudos estruturada, promove o diálogo sobre conteúdos escolares e facilita a identificação precoce de dificuldades, permitindo que a escola intervenha de forma mais eficaz. Para que esse tipo de envolvimento seja produtivo, é importante que a instituição ofereça orientação adequada aos responsáveis legais, considerando os diferentes níveis de escolaridade, as experiências prévias e os contextos socioeconômicos. Ao fortalecer essa parceria, a escola garante que o acompanhamento familiar se traduza em melhoria do desempenho académico, maior assiduidade e desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 12 - Frequência do apoio aos trabalhos de casa



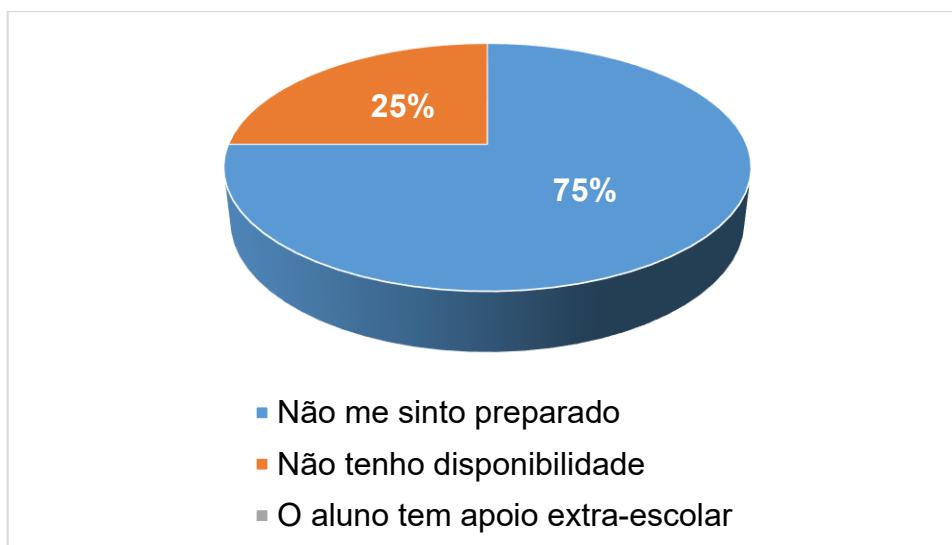
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os resultados mostram que 75% apoiam frequentemente, 17% apoiam algumas vezes e 8% raramente apoiam. A elevada percentagem de apoio frequente (75%) constitui uma possibilidade concreta de fortalecimento da relação família-escola, indicando compromisso educativo por parte dos encarregados.

Para Lahire (2004), a regularidade do acompanhamento dos responsáveis legais contribui significativamente para a criação de hábitos de estudo consistentes e para a disciplina escolar dos alunos. Quando a família participa de forma contínua e estruturada do processo educativo, os estudantes tendem a desenvolver rotinas de estudo mais organizadas, maior responsabilidade e autonomia na aprendizagem, além de maior engajamento nas atividades escolares.

Essa participação regular permite à escola e aos responsáveis legais identificar rapidamente dificuldades de aprendizagem, ajustar estratégias de ensino e reforçar comportamentos positivos, consolidando o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos. A prática sistemática do acompanhamento familiar fortalece a parceria escola-família, assegurando que os alunos recebam suporte contínuo, promovendo a assiduidade, a disciplina e o sucesso escolar.

Gráfico 13 - Razões para a não prestação de apoio escolar em casa



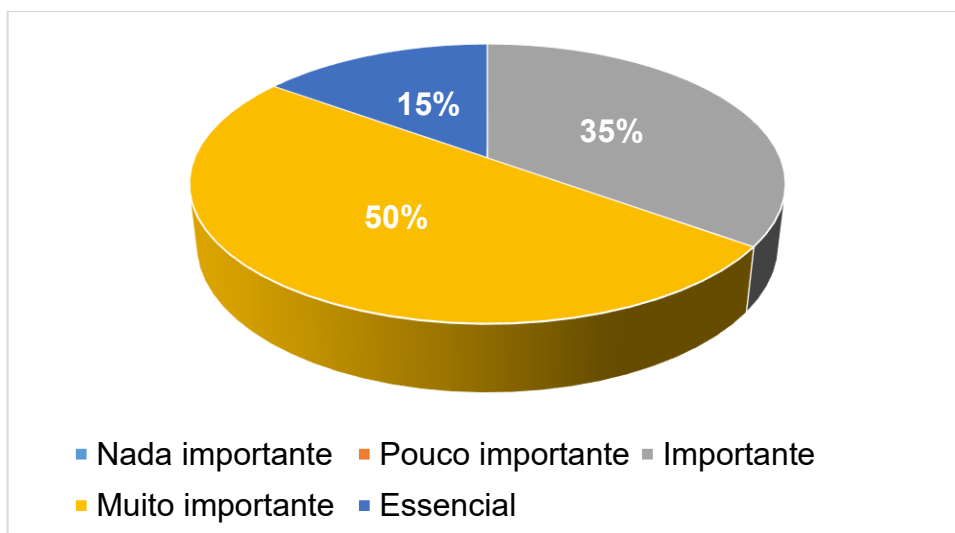
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Verifica-se que 75% afirmam não se sentirem preparados, 25% apontam falta de disponibilidade. A principal limitação ao apoio familiar não é a falta de interesse, mas sim a baixa competência pedagógica percebida, o que constitui um desafio estrutural.

Segundo Charlot (2005), responsáveis legais com baixa escolaridade tendem a se afastar do acompanhamento escolar por insegurança em relação aos conteúdos e às práticas pedagógicas. Essa limitação pode reduzir a eficácia do suporte familiar às tarefas escolares, restringindo o envolvimento a ações pontuais ou formais, como comparecimento em reuniões ou eventos escolares.

Para minimizar esse efeito, a escola deve adotar estratégias de orientação e capacitação, como fornecer materiais explicativos, promover workshops de apoio pedagógico e criar canais de comunicação claros e acessíveis. Ao oferecer suporte adaptado às necessidades e ao nível de escolaridade dos responsáveis legais, a escola fortalece a participação familiar, contribui para o desempenho acadêmico dos alunos e promove a construção de uma parceria família-escola mais sólida e contínua.

Gráfico 14 - Importância dos pais na preparação dos filhos para a vida



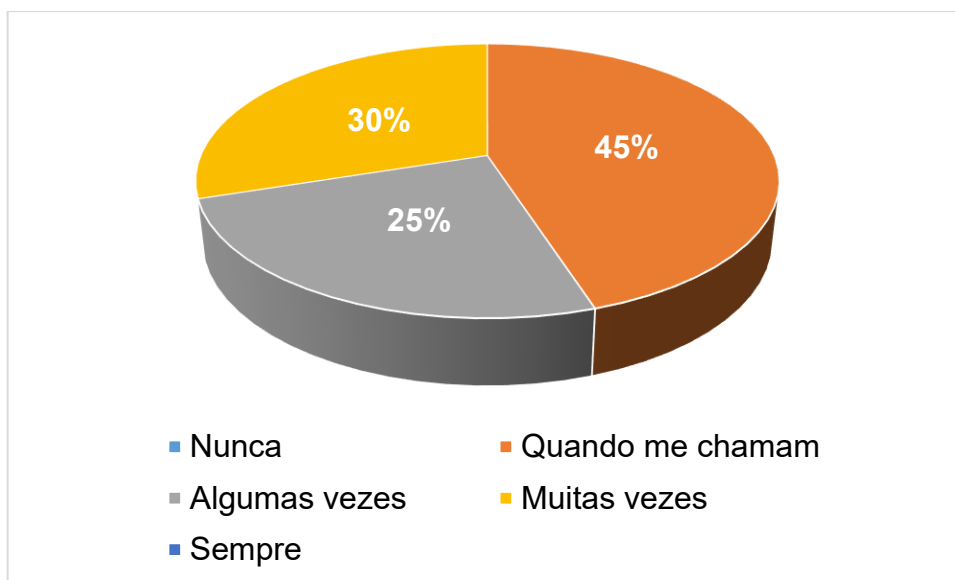
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 50% consideram muito importante, 35% importante e 15% essencial. Nenhum encarregado considera pouco ou nada importante. Existe consenso absoluto (100%) sobre a importância dos pais na formação integral dos filhos, o que representa uma forte possibilidade de cooperação educativa.

De acordo com Paro (2016), a família é a primeira instância educativa e desempenha papel central na formação moral e social da criança.

Apesar dessas limitações, os resultados mostram que a maioria dos encarregados reconhece a importância do seu papel na preparação dos filhos para a vida, o que constitui uma possibilidade relevante para o fortalecimento da relação família-escola. Paro (2016) afirma que o reconhecimento da corresponsabilidade educativa é um passo fundamental para a construção de uma parceria efetiva entre escola e família.

Gráfico 15 - Frequência de contato entre responsáveis legais e professores



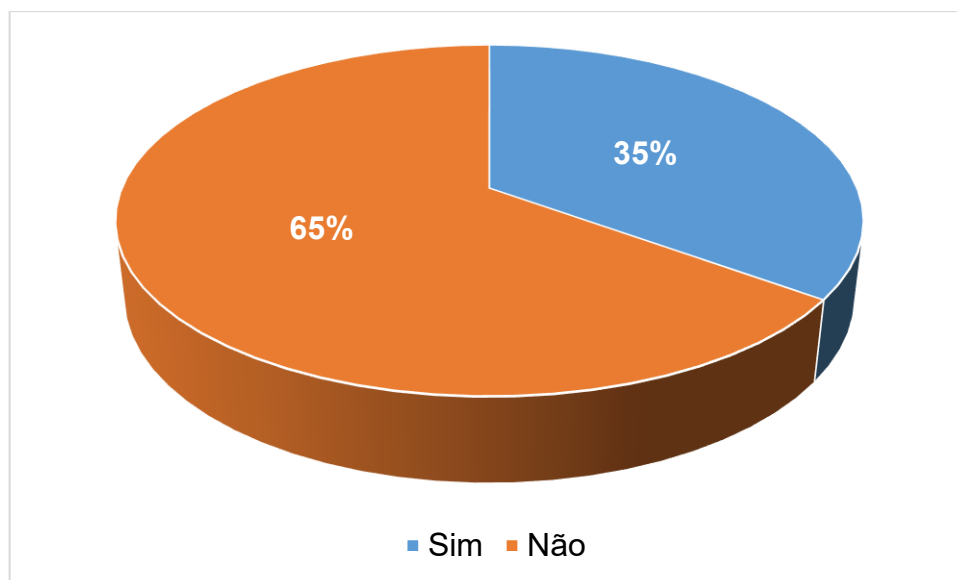
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os resultados mostram que 45% têm contato quando são chamados, 25% algumas vezes e 30% muitas vezes. Não há registros de contato permanente. O contato ocorre sobretudo de forma reativa, e não preventiva, o que demonstra um desafio na comunicação sistemática entre escola e família.

Para Lück (2009), a comunicação regular e eficaz entre a escola e os responsáveis legais é essencial para a construção de uma parceria sólida e produtiva. Quando os canais de comunicação são claros, acessíveis e constantes, os responsáveis se sentem mais seguros e motivados a participar das atividades escolares, acompanhar o desempenho dos filhos e colaborar no processo educativo.

A comunicação deve considerar diferentes meios presenciais, escritos e digitais adaptados aos perfis, disponibilidade e nível de escolaridade dos responsáveis legais. Além disso, deve ser bidirecional, permitindo que a escola informe e oriente, ao mesmo tempo em que escuta as demandas e sugestões das famílias. Esse tipo de comunicação fortalece a confiança mútua, promove a corresponsabilização educativa e contribui para que a parceria família-escola seja contínua, consistente e efetivamente voltada para a melhoria do desempenho acadêmico e do desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 16 - Compatibilidade do horário laboral com a participação na escola



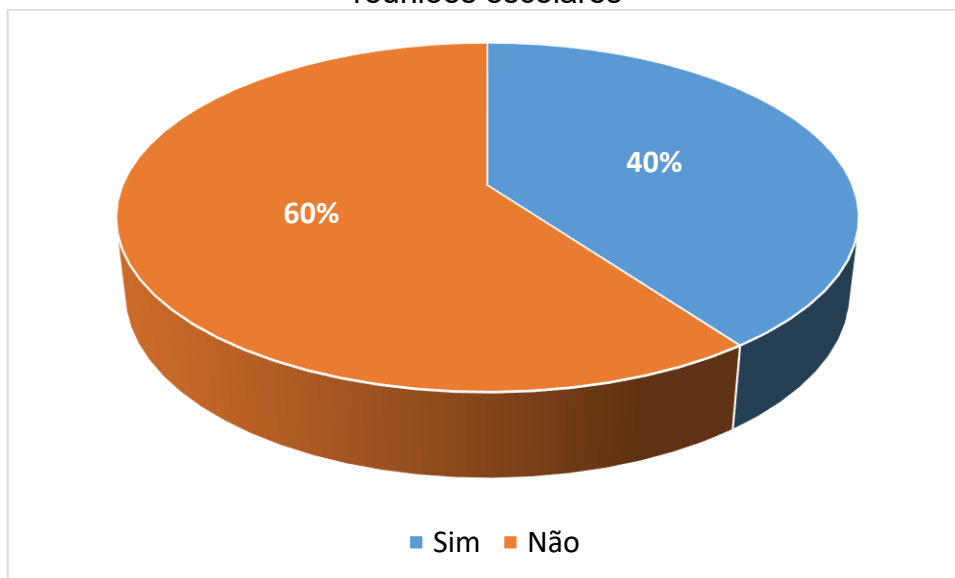
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Constata-se que 65% afirmam não ter compatibilidade, enquanto 35% afirmam ter. A incompatibilidade laboral surge como um forte obstáculo à participação familiar, limitando a presença dos encarregados na escola.

Segundo a UNESCO (2017), fatores laborais e econômicos são barreiras frequentes à participação parental em contextos de vulnerabilidade social.

A incompatibilidade entre o horário laboral dos encarregados de educação e as atividades escolares surge como um dos principais obstáculos à participação efetiva, sendo apontada unanimemente como razão para a não participação em reuniões e atividades escolares. Este dado corrobora as análises da UNESCO (2017), que identificam as condições socioeconômicas e laborais como fatores determinantes na exclusão das famílias dos processos educativos.

Gráfico 17 - Frequência participativa dos responsáveis legais em atividades e reuniões escolares



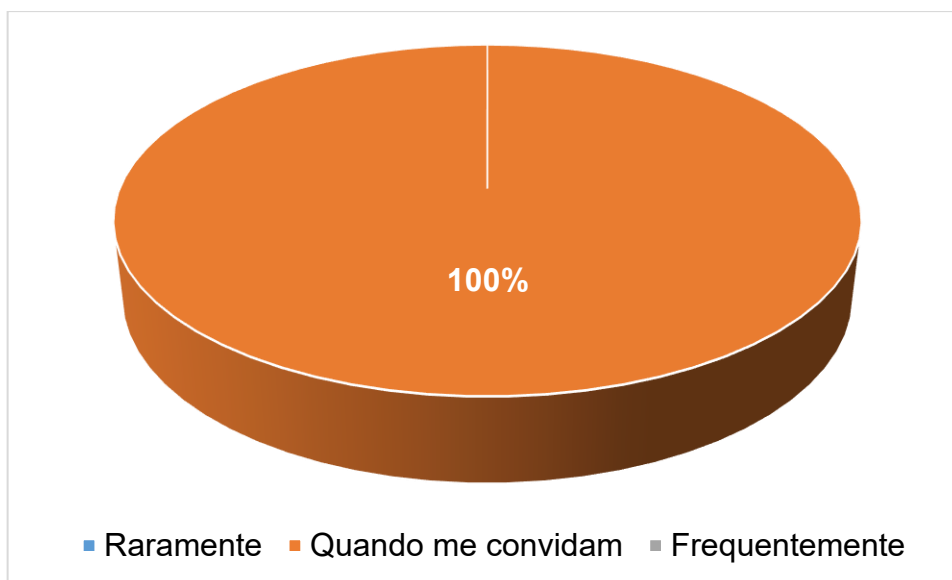
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados acima indicam que 60% não participam e 40% participam. A baixa participação reforça a existência de desafios institucionais e sociais, exigindo estratégias mais inclusivas por parte da escola.

Epstein (2011) defende que a escola deve criar condições flexíveis que favoreçam a participação dos responsáveis legais na vida escolar. Isso inclui ajustar horários de reuniões, disponibilizar diferentes canais de comunicação, organizar atividades que considerem a disponibilidade e as condições socioeconômicas das famílias, e oferecer suporte para o acompanhamento das tarefas escolares.

A flexibilidade institucional permite que mais responsáveis legais se envolvam efetivamente, independentemente de limitações de tempo, trabalho ou escolaridade. Ao adotar essas estratégias, a escola fortalece a parceria família-escola, promove a corresponsabilização educativa e contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, da assiduidade e do desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 18 - Frequência de participação nas atividades escolares



Fonte: Elaboração própria, 2026.

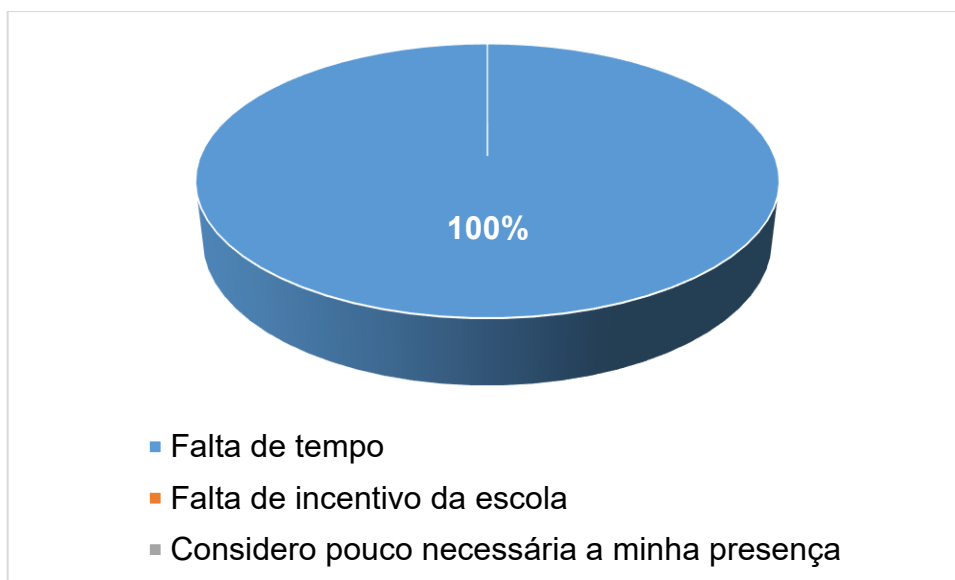
Verifica-se que 100% participam raramente. Este resultado denota uma participação quase inexistente, demonstrando fragilidade na relação família-escola.

Segundo Silva (2012), a ausência de políticas claras de envolvimento parental compromete a qualidade educativa.

No âmbito da participação escolar, verifica-se que, embora muitos encarregados apoiem frequentemente os trabalhos de casa, o contato com os professores ocorre maioritariamente de forma reativa, quando são convocados. Este resultado confirma as reflexões de Lück (2009), ao destacar que a comunicação episódica e não sistemática limita o desenvolvimento de uma relação colaborativa contínua entre escola e família.

Por outro lado, a percepção quase unânime de que a participação da família influencia positivamente os resultados escolares reforça os pressupostos defendidos por Epstein (2011), segundo os quais o envolvimento parental constitui um dos pilares fundamentais para o sucesso acadêmico dos alunos. Tal reconhecimento demonstra abertura por parte das famílias para uma maior colaboração com a escola.

Gráfico 19 - Razões para a não participação nas atividades da escola



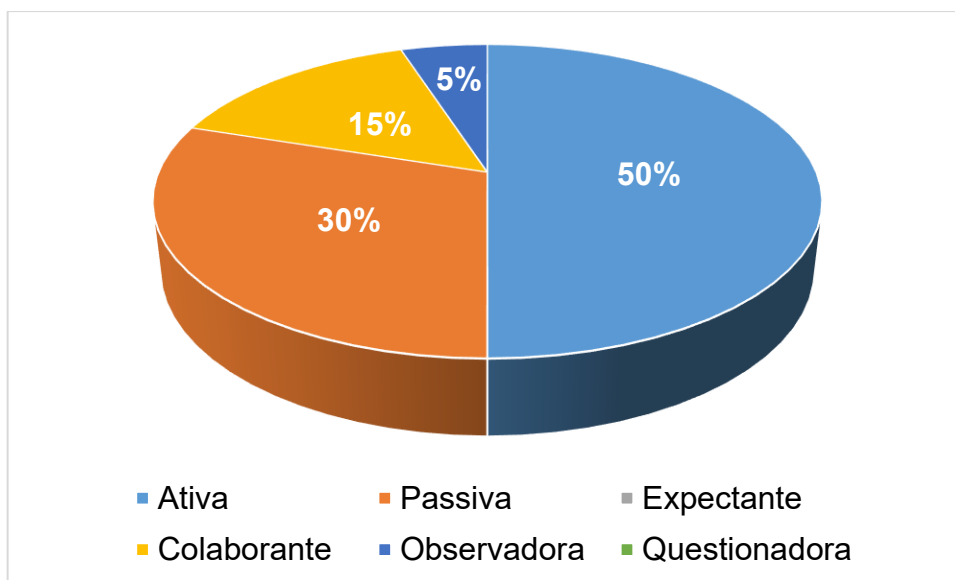
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados mostram que 100% apontam a falta de tempo como razão principal, confirmando o impacto das condições socioeconômicas na participação familiar.

Para Saviani (2008), as desigualdades sociais condicionam o exercício pleno da cidadania educativa, afetando tanto o acesso quanto a participação dos responsáveis legais no processo escolar. Famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com baixa escolaridade ou condições sociais precárias podem ter dificuldade para exercer direitos e deveres educativos, limitando sua participação em decisões escolares, acompanhamento de tarefas e interação com a escola.

Diante desse contexto, a escola deve atuar de forma proativa, criando estratégias de inclusão e participação que considerem essas desigualdades, como flexibilização de horários, capacitação dos responsáveis, canais de comunicação acessíveis e programas de apoio pedagógico. Ao reduzir os efeitos das desigualdades sociais e promover a corresponsabilização da família no processo educativo, a escola contribui para o fortalecimento da parceria família-escola, para a promoção da equidade educacional e para o desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 20 - Forma de participação dos responsáveis legais na escola

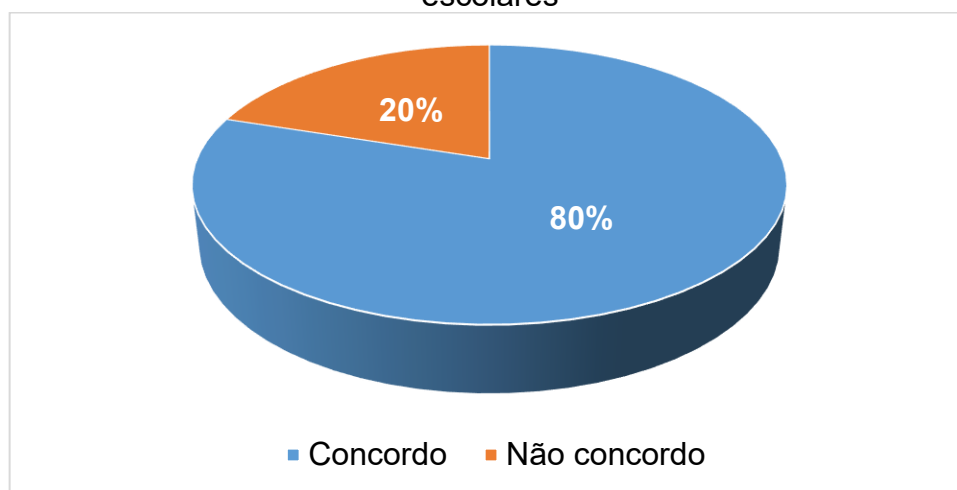


Fonte: Elaboração própria, 2026.

Observa-se no gráfico acima que 50% participam de forma ativa, 30% passiva, 15% colaborante e 5% observadora. Apesar das dificuldades, existe um núcleo significativo de participação ativa, o que representa uma possibilidade de fortalecimento da parceria. Segundo Paro (2016), a participação ativa fortalece a gestão democrática da escola.

No que concerne à forma de participação, embora se observe uma percentagem significativa de encarregados com participação ativa, ainda predomina uma participação passiva ou limitada, o que expõe fragilidades na consolidação de práticas de gestão democrática. Saviani (2008) defende que a escola deve criar mecanismos institucionais que promovam a participação consciente e efetiva das famílias, especialmente em contextos socialmente vulneráveis.

Gráfico 21 - Percepção sobre a influência da participação familiar nos resultados escolares



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os resultados indicam que 80% concordam que a participação familiar influencia os resultados escolares, enquanto 20% não concordam. A maioria reconhece a relação direta entre envolvimento familiar e sucesso escolar.

Para Epstein (2011), o envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos filhos melhora significativamente o desempenho acadêmico, a assiduidade, a motivação e o desenvolvimento integral dos alunos. Esse envolvimento inclui o acompanhamento das tarefas, a participação em reuniões, a comunicação constante com a escola e a colaboração em atividades pedagógicas.

Quando a escola cria condições que facilitam essa participação por meio de flexibilidade de horários, orientação adequada, comunicação acessível e programas de apoio, os responsáveis legais se sentem mais capacitados e motivados a se engajar, o que reflete em melhores resultados escolares e na consolidação de hábitos de estudo e disciplina. Dessa forma, o fortalecimento da parceria família-escola contribui para a melhoria da qualidade do ensino, promovendo equidade educacional e desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 22 - Concordância com a afirmação de que professor e encarregado de educação devem atuar sem interferência mútua



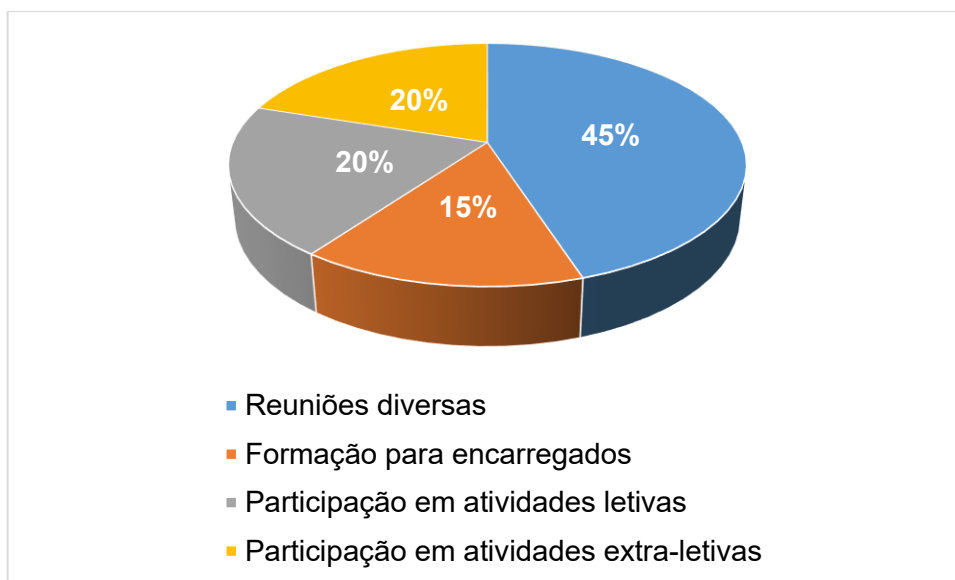
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Constata-se que 100% não concordam que exista interferência negativa. Este resultado demonstra abertura para uma relação cooperativa e harmoniosa.

Segundo Lück (2009), relações entre a escola e os responsáveis legais baseadas no respeito mútuo fortalecem a ação educativa conjunta, promovendo confiança, diálogo e corresponsabilização no acompanhamento da aprendizagem. Quando professores e famílias interagem de forma respeitosa, os responsáveis legais sentem-se valorizados e motivados a participar das decisões, atividades e orientações pedagógicas, o que contribui para o engajamento contínuo e eficaz no processo educativo.

A construção dessa parceria exige estratégias institucionais que incentivem o diálogo aberto, a escuta ativa e a valorização das experiências e conhecimentos familiares. Ao consolidar relações de respeito e cooperação, a escola potencializa o desempenho acadêmico, a disciplina e o desenvolvimento integral dos alunos, garantindo que a participação dos responsáveis legais seja efetiva e consistente.

Gráfico 23 - Formas de melhoria da relação família-escola



Fonte: Elaboração própria, 2026.

As respostas distribuem-se em 20% reuniões, 20% participação letiva, 20% participação extra-letiva e 40% formação para encarregados. A formação parental surge como prioridade, apontando a consciência das próprias limitações educativas. Para Charlot (2005), capacitar os pais fortalece o vínculo educativo.

A inexistência de representação dos encarregados de educação nos órgãos da escola revela um distanciamento entre as famílias e os espaços formais de decisão, contrariando os princípios da gestão participativa. Segundo Paro (2016), a ausência das famílias nesses espaços compromete a construção de uma escola verdadeiramente democrática e comprometida com a comunidade.

Gráfico 24 - Importância da relação entre responsáveis legais e professores

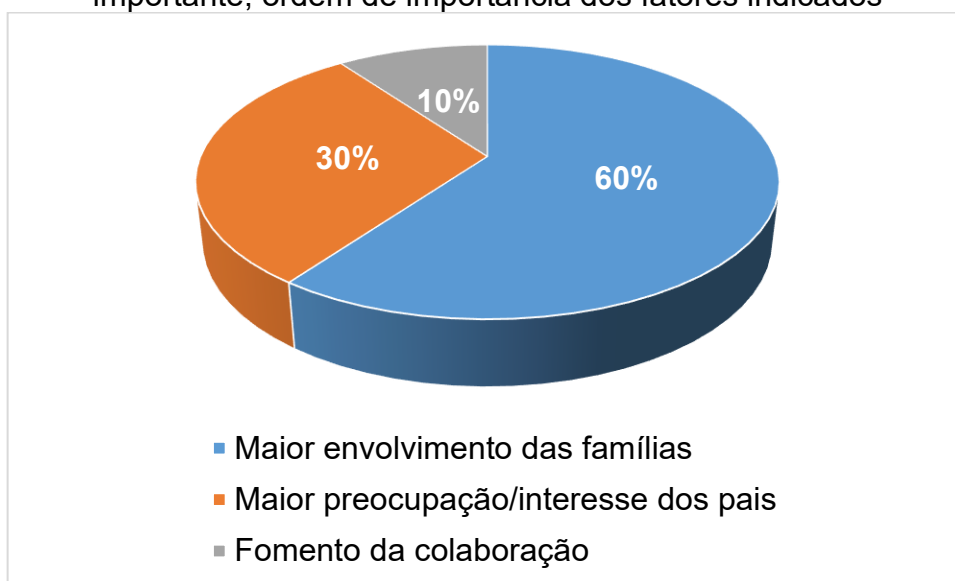


Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 100% afirmam ser importante, existindo uma unanimidade quanto ao valor estratégico da relação família-escola. Segundo a UNESCO (2017), a parceria família-escola é um dos pilares da qualidade educativa.

O reconhecimento unânime da importância da comissão de pais e da relação entre encarregados de educação e professores indica que existem bases favoráveis para o fortalecimento dessa parceria. Epstein (2011) destaca que estruturas organizadas de participação parental contribuem significativamente para a melhoria do clima escolar e do desempenho dos alunos.

Gráfico 25 - Caso a relação entre encarregados de educação e professores seja importante, ordem de importância dos fatores indicados



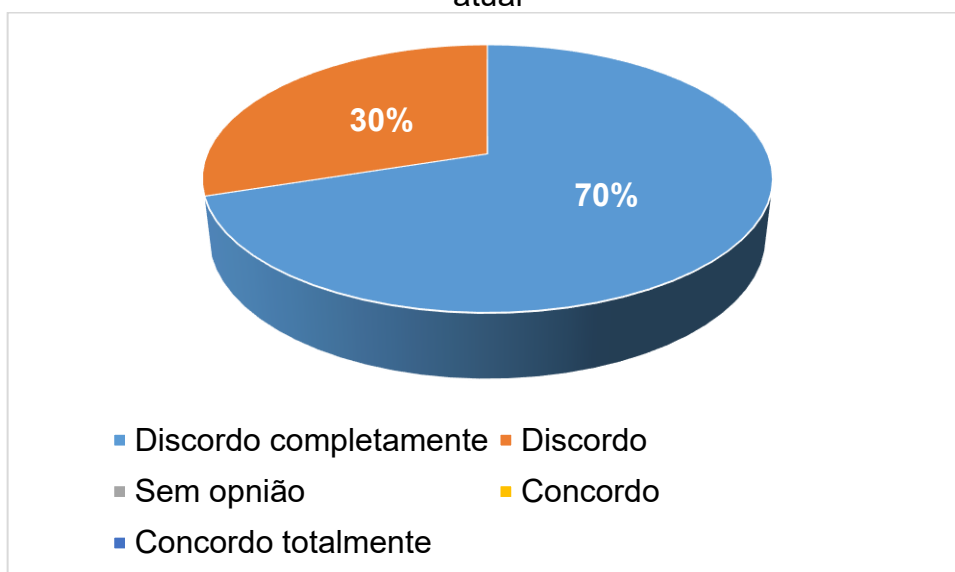
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Observa-se que 60% destacam maior envolvimento das famílias, 30% maior interesse dos pais e 10% colaboração. O envolvimento familiar é visto como elemento central para a melhoria da qualidade do ensino.

Epstein (2011) reforça que o envolvimento ativo dos responsáveis legais é decisivo para o sucesso escolar dos alunos, influenciando não apenas o desempenho acadêmico, mas também a assiduidade, a motivação e o desenvolvimento integral. A participação contínua e engajada como acompanhamento das tarefas, diálogo com professores, presença em reuniões e apoio a atividades escolares — fortalece a aprendizagem e contribui para a construção de hábitos de estudo consistentes.

Para maximizar esse efeito, a escola deve criar condições que incentivem o engajamento ativo, incluindo comunicação clara e acessível, flexibilidade de horários, orientação pedagógica e estratégias que considerem as particularidades de cada família. Ao promover o envolvimento ativo, a escola consolida a parceria família-escola, fortalece a corresponsabilização educativa e aumenta as chances de sucesso escolar de todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou contextos familiares.

Gráfico 26 - Responsabilidade principal pela educação das crianças na sociedade atual

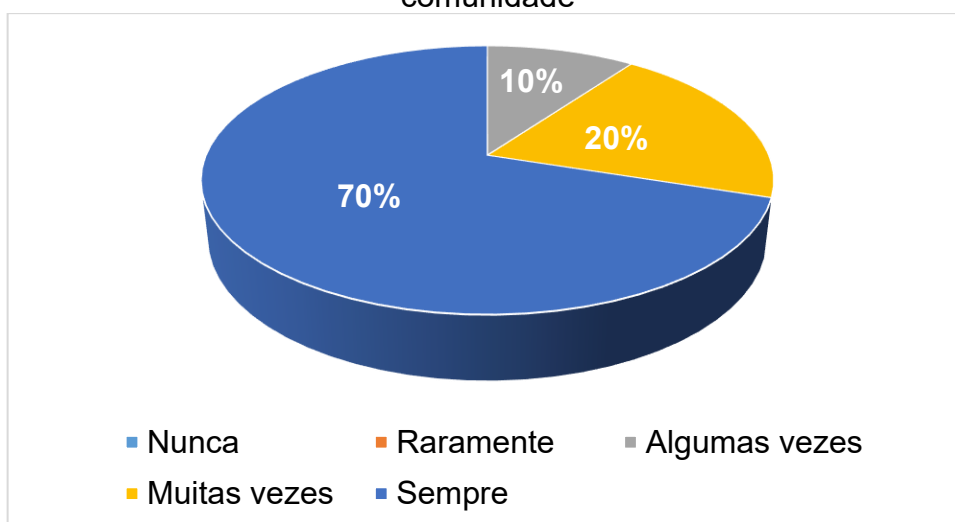


Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados acima mostram que 70% discordam completamente e 30% discordam da ideia de que a escola seja a única responsável. Há reconhecimento da corresponsabilidade entre família e escola. Segundo Paro (2016), a educação é uma responsabilidade compartilhada.

4.3 OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Gráfico 27 - Importância do professor e da escola na ligação entre pais e comunidade



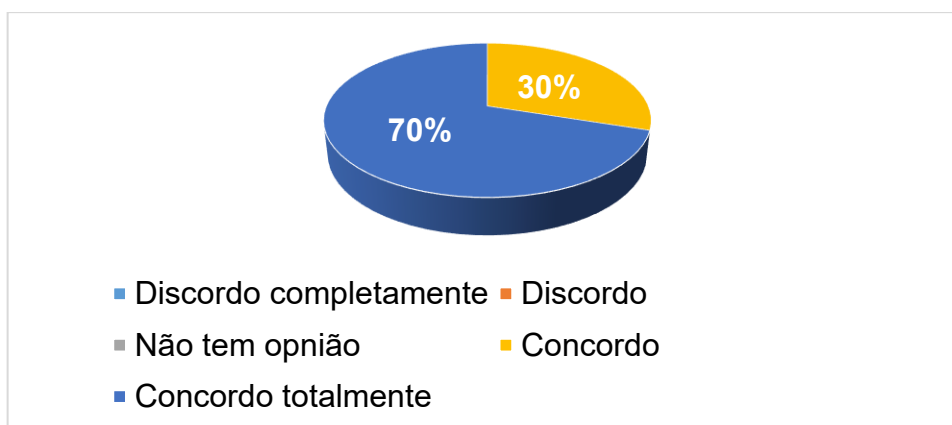
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Verifica-se que 70% consideram sempre importante, 20% muitas vezes e 10% algumas vezes. O professor é visto como elo fundamental entre escola, família e comunidade.

Para Freire (1996), o educador atua como mediador da transformação social, promovendo a construção do conhecimento de forma colaborativa e crítica. Nesse processo, a participação dos responsáveis legais torna-se fundamental, pois a educação não se restringe à escola, mas se dá na interação entre família, comunidade e instituição escolar. Quando os responsáveis se envolvem ativamente, compartilhando responsabilidades e dialogando com os professores, contribuem para a formação integral dos alunos e para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e transformadora.

O papel do educador, nesse contexto, inclui criar oportunidades de participação, incentivar o engajamento das famílias e desenvolver práticas pedagógicas que considerem os contextos socioculturais dos alunos. Ao articular a ação da escola com a colaboração familiar, é possível fortalecer a aprendizagem, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, consolidando a educação como instrumento de transformação social.

Gráfico 28 - Opinião sobre o incentivo da escola à participação das famílias



Fonte: Elaboração própria, 2026.

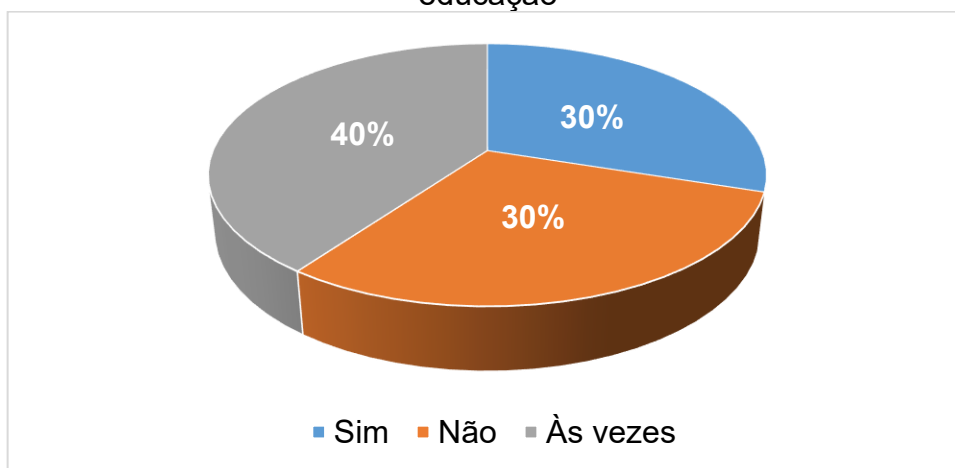
Os dados indicam que 70% concordam totalmente e 30% concordam. A escola é percebida como promotora da participação, embora os resultados práticos ainda sejam limitados.

Lück (2009) afirma que o incentivo institucional é essencial para a participação efetiva dos responsáveis legais na vida escolar. Quando a escola promove políticas, ações e programas que motivam e orientam os responsáveis, aumenta-se o

engajamento deles nas atividades pedagógicas, no acompanhamento do desempenho dos alunos e na construção de uma parceria contínua entre família e escola.

O incentivo pode incluir a criação de espaços de participação, capacitação dos responsáveis, flexibilização de horários para reuniões e comunicação clara sobre o andamento escolar. Dessa forma, a escola fortalece a corresponsabilização educativa, promove o envolvimento familiar de maneira consistente e contribui para a melhoria do desempenho acadêmico e do desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 29 - Realização de atividades escolares que integrem os encarregados de educação



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Constata-se que 40% afirmam que às vezes, 30% sim e 30% não. As atividades existem, mas de forma irregular, constituindo um desafio organizacional.

Segundo Epstein (2011), a continuidade das ações é fundamental para garantir que os responsáveis legais participem de forma consistente e eficaz da vida escolar dos filhos. Quando o acompanhamento familiar é regular e planejado, os alunos desenvolvem hábitos de estudo mais sólidos, consolidam competências e mantêm motivação para a aprendizagem.

A escola desempenha papel central nesse processo, ao planejar ações de parceria família-escola que se mantenham ao longo do tempo, como reuniões periódicas, orientação contínua, acompanhamento de tarefas e canais de comunicação constantes. A manutenção dessas ações fortalece a corresponsabilização educativa, garante que o engajamento dos responsáveis legais não seja apenas pontual e contribui diretamente para o desempenho acadêmico, a disciplina e o desenvolvimento integral dos alunos.

Gráfico 30 - Preocupação da escola com a família do educando



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 100% afirmam que sim. A escola demonstra preocupação institucional com as famílias.

Saviani (2008) destaca que a escola pública possui um papel social fundamental, atuando como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento e de redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a participação dos responsáveis legais torna-se essencial, pois a escola não apenas transmite conteúdos acadêmicos, mas também promove cidadania, inclusão e corresponsabilização educativa.

Para que esse papel social seja efetivo, a escola deve criar condições que facilitem o engajamento dos responsáveis, como comunicação clara, programas de apoio pedagógico, flexibilidade de horários e oportunidades de participação em decisões e atividades escolares. Ao articular a ação escolar com a colaboração da família, a escola fortalece a aprendizagem, promove equidade educacional e contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, consolidando sua função social como espaço de formação acadêmica e cidadã.

Gráfico 31 - Conhecimento do regulamento da escola



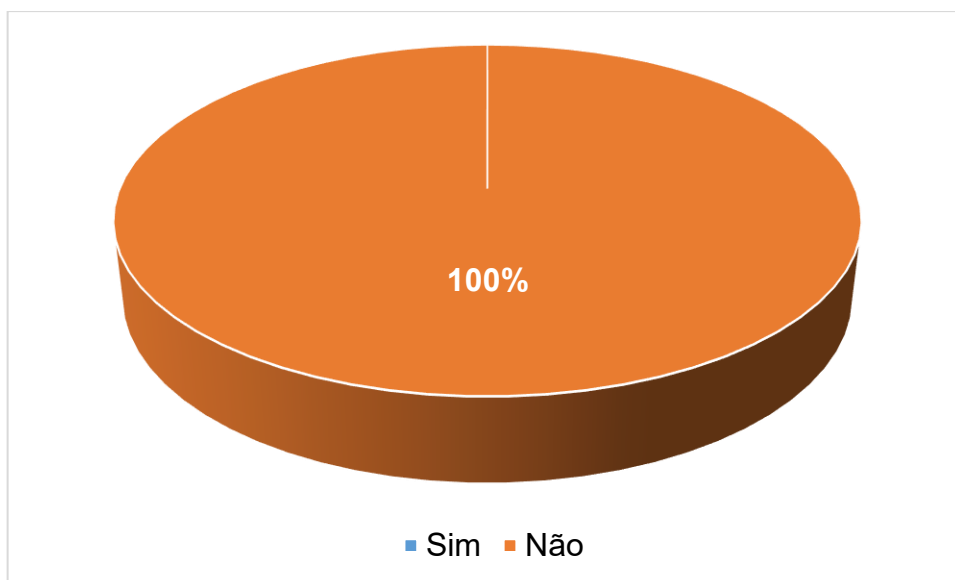
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Verifica-se que 100% afirmam não conhecer o regulamento, o que revela um grave desafio comunicacional.

Segundo Lück (2009), a transparência normativa fortalece a participação dos responsáveis legais na vida escolar, pois quando regras, procedimentos e expectativas da escola são claras e acessíveis, as famílias se sentem mais seguras para interagir e colaborar no processo educativo. A compreensão das normas escolares permite que os responsáveis planejem sua participação, acompanhem o desempenho dos filhos e contribuam de forma consciente e organizada nas atividades pedagógicas e decisões da escola.

Além disso, a transparência normativa favorece a construção de relações de confiança entre escola e família, promovendo corresponsabilização, engajamento contínuo e maior efetividade das ações de parceria. Ao assegurar clareza nas regras e procedimentos, a escola fortalece a relação família-escola, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e apoia a melhoria do desempenho acadêmico e da disciplina.

Gráfico 32 - Representação dos responsáveis legais nos órgãos da escola



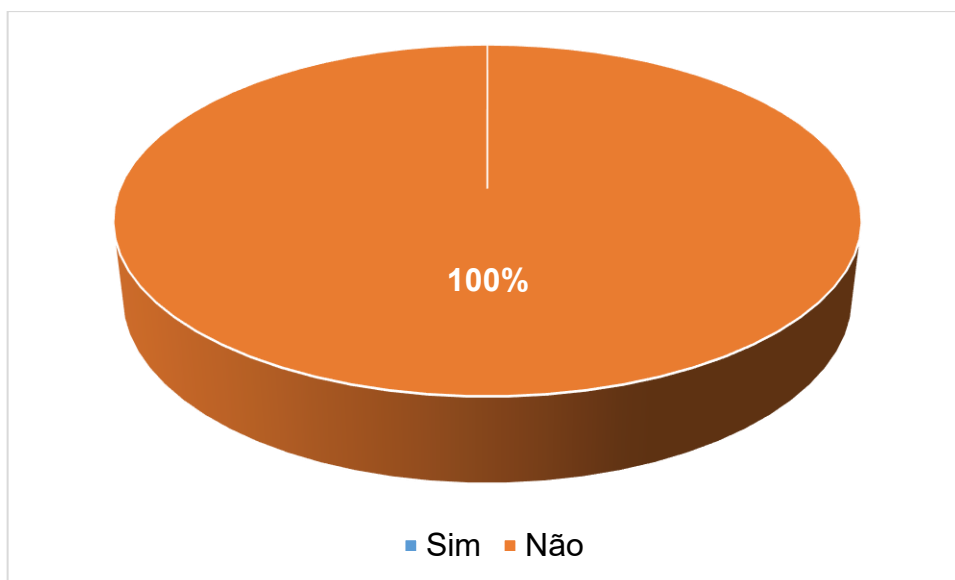
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Constata-se que 100% não possuem representação, havendo uma fragilidade na gestão democrática.

Para Paro (2016), a participação dos responsáveis legais nos órgãos da escola é essencial para a promoção da democracia escolar, pois permite que famílias contribuam nas decisões, discutam políticas pedagógicas e influenciem práticas educativas. A presença efetiva da família nos conselhos e comissões escolares fortalece a corresponsabilização, amplia a transparência das ações da escola e garante que as necessidades e expectativas da comunidade sejam consideradas.

Quando os órgãos escolares incluem os responsáveis legais de forma organizada e participativa, a escola se torna mais democrática e inclusiva, promovendo engajamento contínuo, confiança mútua e melhores resultados acadêmicos. Além disso, essa participação reforça a importância do envolvimento familiar como elemento central no processo educativo, consolidando a parceria família-escola e contribuindo para a qualidade e equidade da educação.

Gráfico 33 - Contribuição da comissão de pais para o sucesso escolar



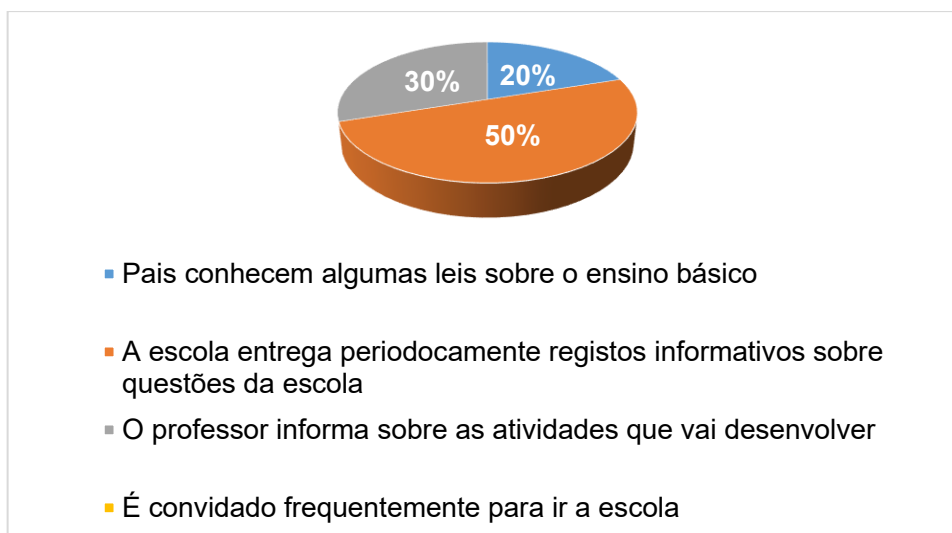
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os dados indicam que 100% reconhecem a sua contribuição. A comissão de pais é vista como instrumento relevante de apoio escolar.

Segundo Epstein (2011), as associações de pais e responsáveis legais desempenham papel fundamental no fortalecimento da escola, pois promovem a participação organizada das famílias, facilitam a comunicação com a instituição e contribuem para a implementação de ações pedagógicas e sociais. Essas associações permitem que os responsáveis se envolvam de forma coletiva, influenciem decisões, apoiem atividades escolares e colaborem na criação de um ambiente educativo mais inclusivo e eficaz.

A atuação das associações de pais e responsáveis favorece a corresponsabilização educativa, fortalece a parceria família-escola e amplia o engajamento dos responsáveis legais no acompanhamento do desempenho acadêmico, na disciplina e no desenvolvimento integral dos alunos. Ao consolidar essas estruturas de participação, a escola se torna mais democrática, participativa e capaz de promover a qualidade do ensino de forma sustentável.

Gráfico 34 - Grau de informação passado para responsáveis legais sobre a escola



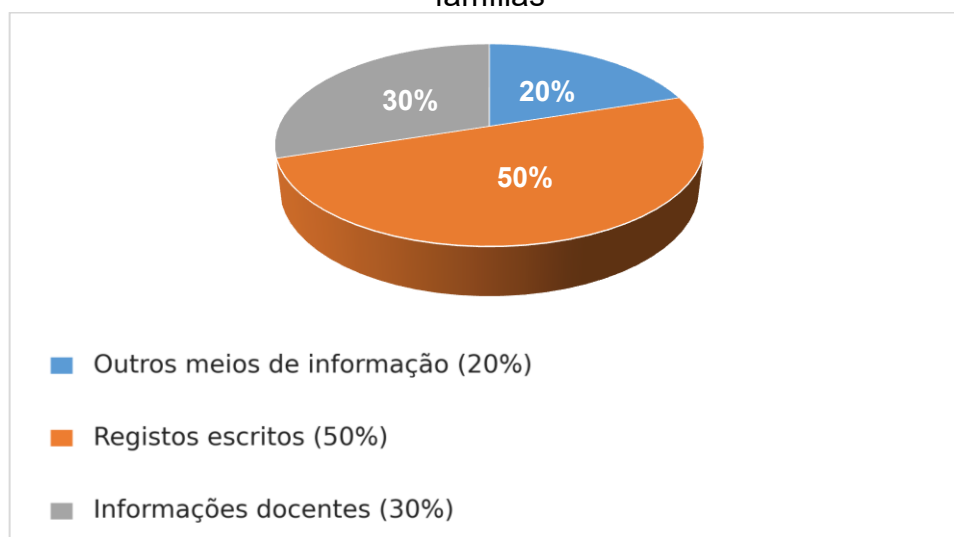
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Constata-se que 50% recebem registros informativos, 30% informações dos professores, 20% conhecem leis. A comunicação existe, mas carece de maior proximidade presencial.

Lück (2009) destaca a comunicação como eixo central da parceria entre escola e responsáveis legais. Uma comunicação clara, contínua e acessível permite que os responsáveis compreendam expectativas, normas e práticas pedagógicas, tornando-se mais seguros e motivados para participar do processo educativo.

Quando a escola estabelece canais eficientes de comunicação, presenciais ou digitais, cria oportunidades para diálogo, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de informações sobre o desempenho e necessidades dos alunos. Esse eixo comunicativo fortalece a corresponsabilização educativa, promove confiança mútua e assegura que a participação familiar seja efetiva, consistente e voltada para a melhoria do desempenho acadêmico e do desenvolvimento integral dos estudantes.

Gráfico 35 - Meios de informação utilizados pela escola para comunicar-se com as famílias



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Os meios predominantes são registos escritos (50%) e informações docentes (30%). A escola privilegia meios formais, o que pode limitar famílias com baixa escolaridade. Segundo Charlot (2005), a comunicação deve adequar-se ao contexto sociocultural.

No que se refere ainda à comunicação escola-família, os resultados mostram que esta ocorre predominantemente por meios formais e escritos, o que pode excluir encarregados com baixos níveis de letramento.

Os resultados da pesquisa demonstram que os objetivos específicos foram plenamente alcançados. Quanto ao perfil sociodemográfico e socioeconômico dos responsáveis legais, observou-se predominância do sexo feminino, baixos níveis de escolaridade e rendimentos familiares reduzidos, indicando que a maioria das famílias se encontra em situação de vulnerabilidade social, o que impacta diretamente a relação com a escola. O estudo também mostrou que, apesar das limitações, muitos responsáveis legais acompanham regularmente os trabalhos escolares, embora alguns se sintam despreparados devido à baixa escolaridade. Além disso, a participação familiar na vida escolar ocorre principalmente de forma reativa, limitada a convocações da escola, e é influenciada por fatores como falta de tempo, exigências laborais e condições econômicas. A comunicação entre escola e família predomina por meios formais e escritos, nem sempre adequados a todos os contextos socioculturais, e há ausência de representação dos responsáveis legais nos órgãos decisórios da escola, ressaltando fragilidades na gestão democrática.

De forma geral, os dados indicam que os responsáveis legais reconhecem a importância da parceria família-escola para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral dos alunos. Observou-se ainda que a escola busca incentivar a participação familiar, embora nem sempre de maneira contínua e sistemática. A pesquisa apontou que a atuação de comissões de pais ou estruturas organizadas de participação fortalece a relação escola-família, e que estratégias como formação parental, maior envolvimento e colaboração efetiva com a escola são essenciais para consolidar uma parceria sólida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar as possibilidades e os desafios para a relação família-escola na busca pela qualidade do ensino em Angola, além de verificar o nível de envolvimento dos responsáveis legais na vida escolar dos educandos e os fatores que condicionam essa participação. A pesquisa permitiu compreender que a relação entre família e escola constitui um elemento estratégico para a promoção da qualidade do ensino em Angola, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e educacionais. Ao analisar as percepções dos responsáveis dos alunos da Escola Primária nº 39 do bairro Bom Pastor, evidenciou-se que, apesar das limitações existentes, há um reconhecimento significativo da importância da participação familiar no processo educativo, o que abre espaço para a construção de novas possibilidades de fortalecimento dessa parceria.

Os resultados apontam que a melhoria da relação família-escola não depende apenas da superação de desafios estruturais, mas sobretudo da adoção de ações intencionais e sistemáticas por parte das instituições educativas e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas. Nesse sentido, uma das principais possibilidades identificadas refere-se ao fortalecimento de políticas públicas educacionais que promovam, de forma explícita, a participação das famílias como corresponsáveis pelo processo educativo. A legislação educacional angolana já reconhece a família como primeiro agente educativo, sendo necessário avançar na criação de mecanismos normativos e operacionais que traduzam esse princípio em práticas efetivas no cotidiano escolar.

No âmbito institucional, destaca-se a necessidade de construção de uma cultura escolar mais aberta, participativa e inclusiva, na qual a família seja vista não apenas como destinatária de informações, mas como parceira ativa na tomada de decisões e no acompanhamento da vida escolar dos alunos. A criação e o fortalecimento de espaços formais de participação, como conselhos escolares, associações de pais e fóruns de diálogo permanente, configuram-se como possibilidades concretas para ampliar o envolvimento familiar e fortalecer a democracia escolar.

A gestão escolar assume papel central nesse processo, uma vez que cabe à liderança da escola promover estratégias de comunicação mais acessíveis, transparentes e contínuas, adequadas às diferentes realidades socioculturais das

famílias. Práticas de gestão participativa, baseadas no diálogo, no respeito mútuo e na corresponsabilização, podem contribuir significativamente para aproximar escola e comunidade, favorecendo a construção de vínculos de confiança e cooperação.

No que se refere ao trabalho docente, o estudo demonstra a importância de os professores desenvolverem práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem o contexto familiar dos alunos. A formação continuada dos docentes, com foco na relação família-escola, na diversidade sociocultural e na educação inclusiva, apresenta-se como uma possibilidade essencial para qualificar as interações com as famílias e ampliar as estratégias de acompanhamento do processo de aprendizagem.

Além disso, observa-se que ações simples, porém sistemáticas, como o acompanhamento dos estudos em casa, o incentivo à frequência escolar, a valorização do esforço dos alunos e a participação em atividades escolares, podem gerar impactos positivos no desempenho acadêmico e no desenvolvimento integral das crianças. Tais ações demonstram que o envolvimento familiar não se restringe à presença física na escola, mas se manifesta também no apoio cotidiano à trajetória escolar dos educandos.

Dessa forma, conclui-se que a promoção da qualidade do ensino em Angola passa, necessariamente, pelo fortalecimento da relação entre família e escola, sustentada por políticas públicas eficazes, gestão escolar democrática, práticas pedagógicas contextualizadas e valorização da comunidade. Ao enfatizar as possibilidades existentes e as ações que podem ser adotadas, este estudo contribui para a reflexão sobre caminhos viáveis de transformação da cultura institucional, reafirmando a educação como um compromisso coletivo e um direito fundamental para o desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas educacionais e avaliação: desafios e perspectivas**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2019.

AFONSO, Bartolomeu. A relação escola-família e o seu impacto no processo de ensino e aprendizagem: um estudo de caso no ensino primário em Moçâmedes (Angola). 2019. **Dissertação** (Mestrado em Administração e Gestão da Educação) – Universidade Portucalense, Porto, 2019.

ALMEIDA, Luana Costa. Participação das famílias e a qualidade das escolas: entre duas lógicas. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; SOUZA, Oralda Adur de (org.). **Relação família escola: as bases para uma cultura de colaboração**. Curitiba: Juruá, 2024. p. 27–29.

ALMEIDA, Maria da Silva. **Família e escola: fundamentos sociopedagógicos da participação parental**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

ALMEIDA, Maria da Silva. **Participação das famílias e qualidade da escola: entre a lógica institucional e a lógica relacional**. Luanda: Mayamba Editora, 2018.

AMBRÓSIO, Teresa. **Educação e desenvolvimento humano: contributos para uma reflexão crítica**. Lisboa: Instituto Piaget, 2014.

ANGELINA, Maria. **Família e escola: relações e desafios no processo educativo**. São Paulo: Cortez, 2014.

ANGELINA, Casimiro Kâmbua. A relação escola-família: um estudo sobre as representações sociais de pais e encarregados de educação sobre a escola do ensino primário do Chiwéca em Cabinda/Angola. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ANGOLA. **Lei n.º 17/16**, de 7 de outubro de 2016. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda: Imprensa Nacional, 2016.

BARTOLOMEU, José Manuel António. **Gestão escolar, democracia educativa e participação comunitária em Angola**. Huambo: Edições Pedagógicas do Planalto, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Vega, 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BUMBA, António Joaquim Francisco. **Políticas públicas educacionais e participação da família na escola angolana**. Luanda: Kilombelombe Editora, 2022.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações entre família e escola e suas implicações**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 121, p. 77–97, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EPSTEIN, Joyce. *et al.* **School, family, and community partnerships**: your handbook for action. 4. ed. Thousand Oaks: Corwin Press, 2019.

EPSTEIN, Joyce. Parents' reactions to teacher practices of parent involvement. **The Elementary School Journal, Chicago**, v. 86, n. 3, p. 277–294, 1986.

EPSTEIN, Joyce. **School, family, and community partnerships**: preparing educators and improving schools. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO PROVINCIAL DO HUAMBO. **Relatório do setor da educação referente ao ano letivo 2024/2025**. Huambo: GPH, 2025.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo Geral da População e Habitação 2024**. Luanda: INE, 2024.

KULIMA, Manuel Domingos. **Educação, comunidade e inclusão social em Angola**. Luanda: Editora Universitária Angolana, 2021.

KULIMA, Feliciano. A relação escola-família: um olhar sobre o complexo escolar BG 1038 do ensino especial de Benguela-Angola. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Educação – Área de Especialidade em Inovação em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MED – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA. **Relatório estatístico do sistema de educação e ensino 2025/2026**. Luanda: MED, 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (ANGOLA). **Política Nacional de Educação**. Luanda: MED, 2019.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA (MINFIN). **Relatório econômico e social de Angola**. Luanda: MINFIN, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório sobre trabalho infantil**. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

QUINTAS, Alfredo Mateus. **Escola, família e comunidade: desafios da qualidade educativa em contextos africanos**. Luanda: Texto & Saber, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2017**. Paris: UNESCO, 2017.

UNICEF. **Relatório sobre infância e educação**. 2022.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE I – INQUÉRITO A PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

I PARTE – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

1. Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

2. Idade:

☐ Menos de 25 anos

☐ De 25 a 30 anos

☐ De 31 a 35 anos

☐ Mais de 35 anos

3. Grau de parentesco:

4. Composição do Agregado Familiar (Quantos são em casa)?

5. Profissão: _____

6. Habilitações Acadêmicas:

☐ Não sabe ler nem escrever

☐ Sabe ler e escrever, mas não tem a 6ª classe

☐ Tem o I Ciclo

☐ Frequenta o II Ciclo

☐ Concluiu o II Ciclo

☐ Frequenta o Ensino Superior

☐ Tem Curso Superior

7. Reside no mesmo bairro ou comuna da escola do seu educando?

☐ Sim ☐ Não

8. Considerando que a sociedade angolana está subdividida em classes socioeconômicas, em que classe te incluirias?

☐ Classe baixa

☐ Classe média baixa

☐ Classe média

☐ Classe média alta

☐ Classe alta

☐ Nenhuma destas

9. Quais dos seguinte escalões corresponde ao seu rendimento individual mensal e familiar?

- ☐ Menos que o salário mínimo
- ☐ Salário mínimo
- ☐ Até 50.000 kz
- ☐ 50.000 – 100.000 kz
- ☐ 100.000 – 150.000 kz
- ☐ Mais de 150.000 kz

II PARTE – RELAÇÃO FAMÍLIA–ESCOLA

1. Indique a(s) razão(ões) que o levaram a optar pela escola atual do seu educando:

- ☐ É uma escola segura e apetrechada
- ☐ Garante melhor qualidade de ensino
- ☐ Horário compatível com o encarregado de educação
- ☐ É mais acessível financeiramente
- ☐ Confio nos professores e funcionários
- ☐ Outra razão: _____

2. Apoia o seu educando nos trabalhos de casa?

- ☐ Sim ☐ Não

2.1 Se sim, com que frequência?

- ☐ Raramente
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Frequentemente

2.2 Se não, porquê?

- ☐ Não me sinto preparado
- ☐ Não tenho disponibilidade
- ☐ O aluno tem apoio extra-escolar
- ☐ Outra razão: _____

3. Na sua opinião, qual é a importância dos pais na preparação dos filhos para a vida?

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Essencial

4. Com que frequência fala com o professor do seu educando?

- ☐ Nunca
- ☐ Quando me chamam
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

5. O seu horário laboral interfere na participação em reuniões ou atividades da

escola?

() Sim () Não

6. Colabora com frequência nas atividades da escola?

() Sim () Não

6.1 Se sim:

() Raramente

() Quando me convidam

() Frequentemente

6.2 Se não, porquê?

() Falta de tempo

() Falta de incentivo da escola

() Considero pouco necessária a minha presença

() Outra razão: _____

7. Como classifica a sua participação na escola do teu educando?

() Ativa

() Passiva

() Expectante

() Colaborante

() Observadora

() Questionadora

() Outra: _____

8. Quanto maior a participação do encarregado de educação, melhores os resultados escolares dos alunos.

() Concordo () Não concordo

9. Não deve haver interferência entre professor e encarregado de educação, cada um tem o seu papel.

() Concordo () Não concordo

10. Como melhorar a relação família-escola?

() Reuniões diversas

() Formação para encarregados

() Participação em atividades letivas

() Participação em atividades extra-letivas

Outras: _____

11. A relação entre encarregados de educação e professores é importante para o sucesso escolar?

() Sim () Não

11.1 Se sim, ordene por importância:

a) Maior envolvimento das famílias ____

b) Maior preocupação/interesse dos pais ____

c) Fomento da colaboração ____

12. Na sociedade actual, a maior responsabilidade da educação das crianças cabe à escola.

Discordo completamente () Discordo () Sem opinião () Concordo ()

Concordo totalmente ()

III PARTE – RELAÇÃO ESCOLA–FAMÍLIA

1. O professor e a escola têm um papel importante na relação pais–comunidade?

() Nunca

() Raramente

() Algumas vezes

() Muitas vezes

() Sempre

2. A escola deve incentivar mais a participação das famílias?

() Discordo completamente

() Discordo

() Sem opinião

() Concordo

() Concordo totalmente

3. O professor realiza atividades para integrar os encarregados de educação?

() Sim () Não

4. Sente preocupação da escola com a família?

() Sim () Não

5. Tem conhecimento do regulamento da escola?

() Sim () Não

6. Se os encarregados de educação estiverem representados por uma comissão de pais, considera que isso, por si só, permite o sucesso escolar? Ou ainda faltará algo?

() Sim () Não

7. A comissão de pais garante o sucesso escolar?

() Sim () Não

Justifique: _____

8. São passadas informações sobre as diversas questões ligadas à escola aos encarregados de educação?

() Sim () Não

8.1. Caso tenha respondido afirmativamente, de que forma recebe essas informações?

Pais conhecem algumas leis sobre o ensino básico ()

A escola entrega periodicamente registos informativos sobre questões da escola ()

O professor informa sobre as atividades que vai desenvolver ()

É convidado frequentemente para vir a escola ()

ANEXOS

ANEXO I – IMAGEM DA ESCOLA PESQUISADA



ANEXO II – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



CAÁLA
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO

GABINETE DO PRESIDENTE

Ao, (à)

Escola primária n.º 39
no Município de Huambo

= Huambo =

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO PARA RECOLHA DE DADOS Nº 018 GB-PR.-
ISPCAÁLA/2025

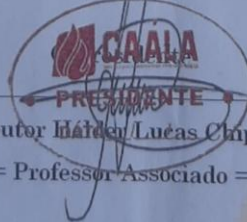
O ISPCaála vem por meio desta declarar que, Alberto Aguiar da
mba é estudante desta Instituição de Ensino
Superior, matriculado (a) no 2º ano do curso de
Mestrado em Ciências da Educação no ano académico de 2022/2024.

E tendo em vista a realização do Projecto de Fim do Curso, vimos por meio desta
solicitar que se permita aplicar o seu instr umento de pesquisa para a recolha de
dados.

Declaro que os dados ora recolhidos serão somente para efeito científico e
garantimos confiabilidade.

Cientes de que a nossa petição merecerá a vossa melhor atenção, desejamos votos
de boa jornada laboral.

Gabinete do Presidente do Instituto Superior Politécnico da Caála, aos 26 de
Novembro de 2025.



Professor Doutor Hálder Lucas Chipindo, Ph.D.
= Professor Associado =